



11 DE MAIO DE 2016

Quarta-feira

- JUSTIÇA ACATA LIMINAR DA FIEP E FIXA MULTA PARA QUEM BLOQUEAR RODOVIAS
- INDICADORES CONJUNTURAIS- RESULTADOS DE MARÇO DE 2016
- FUNCIONÁRIOS SUSPENDEM PRODUÇÃO NA VOLVO DE CURITIBA
- DEMITIDOS DA GM PROTESTAM EM FRENTE AO SINDICATO
- PARANÁ AUMENTA ARRECADAÇÃO FEDERAL, MAS RETORNO PARA O ESTADO ENCOLHE
- 1,8 MILHÃO DE EMPRESAS FECHARAM EM 2015 NO PAÍS
- FÁBRICA DE MOTORES DA TOYOTA ABASTECE ETIOS E JÁ PREVÊ COROLLA
- CENÁRIO DE RECESSÃO E AUMENTO DA INADIMPLÊNCIA ELEVAM O CUSTO DO CRÉDITO
- DECRETO VIABILIZA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PORTUÁRIO EM PONTAL DO PARANÁ
- QUASE METADE DOS DISSÍDIOS TEVE REAJUSTE ABAIXO DA INFLAÇÃO NO 1º TRIMESTRE
- BNDES COMPARTILHARÁ DADOS SOB SIGILO COM A CGU
- AFIF: PEQUENAS EMPRESAS PODEM CUMPRIR EXIGÊNCIA SOBRE EMPREGOS PARA TER CRÉDITO
- FAZENDA CREDITA ALTA DE DESPESA PRIMÁRIA À TRANSFERÊNCIA DE RENDA E GASTO ATÍPICO
- ARTIGO: UM CAMINHO DIFERENTE
- CNH UTILIZA IVECO TECTOR MOVIDO A GNV EM FÁBRICA DE SOROCABA
- INDICADOR DA OCDE APONTA MELHORA DO CENÁRIO PARA BRASIL E EMERGENTE
- ARTIGO: REFORMAS
- SENADO APROVA MUDANÇAS NO SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO
- COMISSÃO APROVA COMPRA DE CARROS ELÉTRICOS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS
- PÓSITRON LANÇA RASTREAMENTO + SEGURO PARA MOTOS
- NOVAS TRIUMPH BONNEVILLE CHEGAM EM JUNHO
- FORD ANUNCIA INVESTIMENTO DE US\$ 182,2 MILHÕES NA PIVOTAL

- KIA VENDE 940,7 MIL VEÍCULOS DE JANEIRO A ABRIL
- CLIMA ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA SOBE DE 72 PARA 74 PONTOS, APONTA FGV
- BRF E TRABALHADORES VÃO DISCUTIR REAJUSTE SALARIAL EM JUNHO
- AÇÕES TRABALHISTAS CRECEM E TST PREVÊ 3 MILHÕES DE PROCESSOS EM 2016
- TOYOTA APOSTA EM NACIONALIZAÇÃO DE COMPONENTES PARA FUGIR DE OSCILAÇÕES
- FUNCIONÁRIOS TROCAM BONS SALÁRIOS POR MAIS QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
- FUTUROS DE AÇO E MINÉRIO DE FERRO DESPENCAM E APAGAM GANHOS RECENTES
- FALTA DE CONFIANÇA NAS POLÍTICAS DO GOVERNO É ENTRAVE AO CRESCIMENTO, APONTA FGV
- FITCH RATINGS REBAIXA QUATRO ESTADOS BRASILEIROS E DUAS CAPITAIS
- MONTADORAS ESTÃO NA MIRA DO CLIMA — E PODEM PERDER BILHÕES
- VEJA POR QUE A BRASKEM FOI A ÚNICA AÇÃO QUE CAIU NO IBOVESPA
- CENÁRIOS-REFORMAS NA MINERAÇÃO DO BRASIL DEVEM ABALAR SETOR, MAS FAZEM POUCO POR SEGURANÇA
- ENTREVISTA-BANCOS MÉDIOS FOCADOS EM EMPRESAS MERECEM MAIOR ATENÇÃO DURANTE RECESSÃO, DIZ FGC

CÂMBIO		
EM 11/05/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,461	3,462
Euro	3,960	3962

Fonte: BACEN

Justiça acata liminar da Fiep e fixa multa para quem bloquear rodovias

11/05/2016 - Fonte: Agência FIEP



O Poder Judiciário do Estado do Paraná fixou multa de 250 mil reais por hora de bloqueios para "pessoas incertas e não sabidas", que de "maneira autônoma e voluntária" se envolvam em eventuais novos bloqueios nas rodovias do estaduais.

A penalidade foi fixada a partir de uma liminar deferida em ação protocolada pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e tem como finalidade garantir que novos protestos, como os ocorridos nesta terça (10), não impeçam a passagem dos veículos das indústrias. A decisão foi deferida hoje (10) e passa a valer imediatamente.

A liminar é extensiva a membros de movimentos sociais, simpatizantes ou pessoas que possam "impedir, obstaculizar ou dificultar a passagem" de caminhões e carros que estejam trafegando por conta e ordem de indústrias associadas a sindicatos filiados à Fiep nas rodovias estaduais do Paraná.

Além disso, a liminar fixa multa, "sem prejuízo das penalidades impostas no caso de crime de desobediência". Solicita ainda a autorização de requisição de força policial para cumprimento das decisões.

A ação protocolada pela Fiep cita os bloqueios relacionados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Popular por Moradia contra a votação do impeachment ocorridos em abril e considera a eminência da votação do processo no Senado.

O Poder Judiciário acatou os argumentos da Fiep de que os bloqueios comprometem o setor produtivo e decidiu que "em nosso país o principal meio de transportes de cargas e produtos se dá por rodovias e, por conseguinte, o bloqueio destas acaba por prejudicar o regular fluxo da atividade econômica, aquisição/ fornecimento de produtos/mercadorias/ matérias-primas, em âmbito intermunicipal ou interestadual, acabando por prejudicar a sociedade como um todo, ainda mais nesse momento de grave instabilidade política e séria crise econômica".

A Justiça considerou também que "os protestos, reivindicações e manifestações podem ser exercidos de outras maneiras, sem conflitar com os direitos de locomoção e a liberdade de ir e de vir de todos aqueles que utilizam as rodovias, entende-se que o exercício destes direitos devem prevalecer sobre o daqueles".

Indicadores Conjunturais- Resultados de Março de 2016

11/05/2016 - Fonte: FIEP

Vendas Industriais

Tradicionalmente, março caracteriza-se pelo início da expansão sazonal da atividade industrial. Neste março, o avanço foi de +9,25% em relação a fevereiro.

Com este resultado, janeiro a março de 2016 (1º. trimestre) apresenta redução de -3,89% em relação ao mesmo período de 2015 (Até fevereiro acumulava retração de -2,53% - indicando, então piora na evolução acumulada das vendas industriais).

Os indicadores, versão de Março/2016 da Pesquisa Conjuntural da Indústria, já está disponível, no portal da FIEPR. Acesse o arquivo clicando no link:

[Boletim Conjuntural 03/2016](#)

Funcionários suspendem produção na Volvo de Curitiba

11/05/2016 - Fonte: O Estado de S. Paulo



Funcionários da Volvo, que fabrica caminhões e ônibus em Curitiba (PR), suspenderam a produção ontem em protesto contra a intenção da empresa de demitir 400 trabalhadores, de um total de 3,2 mil.

Na segunda-feira, operários da Ford de São Bernardo do Campo (SP) também fizeram greve de 24 horas após a empresa informar que não pretende renovar a adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e o lay-off (suspensão de contratos de trabalho) - ambos vencem em junho. A montadora informou ainda ter um excedente de 1.110 trabalhadores, de um total de 4 mil.

“Além das demissões, a Volvo quer que os trabalhadores abram mão até mesmo da reposição da inflação nos salários deste ano e de R\$ 5 mil da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que ainda não tem valor definido”, disse o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, Nelson Silva de Souza. No ano passado, foram pagos R\$ 12 mil em PLR.

O sindicalista disse que os trabalhadores rejeitaram a proposta em assembleia ontem pela manhã e também querem que, se não tiver alternativa às demissões, que ao menos a empresa pague incentivos extras a quem for desligado. Hoje haverá nova assembleia e a paralisação pode ser mantida, disse Souza.

Em nota, a Volvo lamentou a paralisação de ontem “feita num período de grandes dificuldades da indústria automotiva brasileira e justamente quando a empresa vem buscando alternativas para minimizar os impactos da crise no setor.”

Já o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informou que a Ford pretende revisar cláusulas econômicas do acordo coletivo, como alterações na tabela salarial e na PLR e congelamento de salários.

“Não dá para aceitar uma negociação sem contrapartida, que rebaixa direitos, conquistas e condições de trabalho que tanto lutamos para conseguir”, disse o presidente da entidade, Rafael Marques. Ele defende a renovação do PPE e do lay-off, mecanismos adotados em períodos de crise.

A Ford apenas informou, em nota, que “está em negociação com o sindicato para tratar da significativa queda no volume de produção da indústria automotiva e os consequentes impactos na força de trabalho da empresa.”

A Mercedes-Benz e a Volkswagen, ambas de São Bernardo, também afirmam ter, respectivamente, 2 mil e 1.060 trabalhadores excedentes.

Demitidos da GM protestam em frente ao sindicato

11/05/2016 - Fonte: DGABC



Após as demissões feitas na fábrica de São Caetano da GM (General Motors) nos dias 6 (sexta-feira) e 9 (segunda-feira), cerca de 30 profissionais dispensados, que tiveram o contrato de trabalho rescindido por meio de telegrama, se reuniram ontem em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, por volta das 10h30, para cobrar posicionamento da entidade e reversão dos cortes.

Segundo ex-funcionários, o sindicato havia lhes garantido a renovação do lay-off (suspensão temporária de contrato de trabalho) por mais nove meses, ou seja, até março de 2017.

Na semana passada, a entidade havia anunciado a prorrogação do programa para 1.000 funcionários e, conforme declarou o presidente Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, desde o início das negociações estava claro que as áreas de PPO (engenharia experimental que funcionava fora da planta da Avenida Goiás, e era situada na Avenida dos Estados) e ARA (segmento administrativo) não estavam cobertas por essa ação.

Os trabalhadores, porém, contestaram. "Deixei minha família tranquila quando disse que estaríamos garantidos por pelo menos nove meses. Agora, estou desesperado e com medo de ficar sem emprego", afirmou Alan dos Santos Sales, 30 anos, um dos que atuavam na área de PPO.

"Queremos um posicionamento do sindicato. Afinal, eles garantiram a nossa estabilidade por alguns meses, e depois mudam o discurso", disse André Ferreira Zedelho, 34, também do PPO.

"Gostaria de saber qual a nossa diferenciação, porque foi isso o que o sindicato disse, que não poderia nos manter por termos cargos diferenciados", questionou Mário Leandro Souza, 36, do PPO.

De acordo com os manifestantes, houve 150 demissões entre ontem e segunda. O sindicato, entretanto, assinalou que o número correto é de 100 pessoas. "Tentamos evitar que esses funcionários fossem dispensados, mas não tivemos sucesso. Só conseguimos segurar 40 profissionais, do PPO, que são pessoas que alegaram doença profissional ou problemas pessoais", declarou o vice-presidente da entidade, Francisco Nunes.

Segundo o sindicato, as demissões foram feitas porque a montadora alegou que esse setor de engenharia não teria trabalho por pelo menos mais cinco anos, e que a área administrativa seria terceirizada.

Nunes garantiu que não haverá mais demissões, e que a prorrogação do lay-off dos 1.000 funcionários continua garantida.

"Estamos tentando negociação com a montadora para que, com a retomada da economia e volta das contratações em um período breve, a empresa dê preferência para quem a deixou neste período difícil para o setor e para o País." Procurada, a GM informou que não vai comentar.

Paraná aumenta arrecadação federal, mas retorno para o Estado encolhe

11/05/2016 - Fonte: Agencia Estado - Paraná



O Paraná aumenta sua contribuição na arrecadação de tributos federais, mas isso não tem tido reflexo em aumento de repasses do governo federal para o Estado. Ao contrário, as transferências totais da União vêm caindo.

No primeiro trimestre, o Paraná gerou R\$ 15,2 bilhões para os cofres do governo federal, 3,38% mais do que no mesmo período do ano passado. Mas recebeu R\$ 1,2 bilhão no total de repasses federais, 1% menos na mesma base de comparação.

O levantamento foi feito pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes), com base nos dados da Receita Federal e do portal transparência do governo federal.

O crescimento da arrecadação se deve ao desempenho da economia do Estado, beneficiada, em grande parte, pelo ajuste fiscal feito pelo governo estadual.

"Infelizmente a relação tributária entre o Paraná e a União não é guiada por critérios técnicos e republicanos", lamentou o governador Beto Richa.

"Somos permanentemente discriminados pelo governo federal, em grande prejuízo dos cidadãos paranaenses. Se esta relação fosse mais justa, o Paraná teria recebido da União algumas centenas de milhões de reais adicionais neste ano, dinheiro que estaria sendo aplicado em políticas sociais e em obras de infraestrutura", afirmou Richa.

Há vários anos o governador tem defendido um relacionamento federativo mais equilibrado entre o Estado e a União, no qual os impostos federais recolhidos pelos trabalhadores e as empresas paranaenses sejam mais justamente recompensados com repasses e transferências de Brasília.

CONTRIBUIÇÃO - O Paraná ocupa a sexta posição entre os Estados que mais geraram arrecadação de tributos federais no primeiro trimestre deste ano, com uma participação de 4,95% dos R\$ 307,3 bilhões arrecadados no País. Mas é o décimo em repasses totais da União, com 3,77% do total de R\$ 32,89 bilhões transferidos pela União aos Estados (sem contar os municípios) no trimestre.

REPASSES - No ranking das transferências da União, o Paraná ficou atrás de São Paulo, que ficou com 9,03% do total; Bahia (8,01%), Rio de Janeiro (5,95%), Distrito Federal (5,86%), Minas Gerais (5,81%) Pernambuco (5,66%), Ceará (5,39%), Maranhão (5,03%) e Pará (4,95%).

Os repasses incluem as transferências constitucionais (Fundo de Participação dos Estados, Fundeb e ressarcimento da Lei Kandir, entre outras) e as discricionárias, que são aquelas em que a União decide onde investir. "Esse descompasso é uma conta ruim para o Paraná, que contribui mais para as contas da União, mas que não tem a mesma contrapartida na hora dos repasses", afirma o diretor presidente do Ipardes, Julio Suzuki Júnior.

RESILIENTE - Graças ao ajuste fiscal, ressalta o economista, o Paraná tem sido mais resiliente à crise econômica brasileira. "O ajuste fiscal feito pelo governo estadual não apenas beneficiou os municípios, com o crescimento dos repasses de ICMS e IPVA, mas também a União. Com o nível de atividade e renda mais preservados, a arrecadação de impostos federais também cresceu. Ou seja, o Paraná tem feito a sua contribuição, mas isso não volta na mesma proporção".

Crescimento na arrecadação foi o maior do Sul

O Paraná teve o maior crescimento de arrecadação federal entre os Estados do Sul no primeiro trimestre. O avanço, de 3,38%, superou a média brasileira no período, de 1,89%.

Nesse bolo estão computadas receitas como do Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), contribuições previdenciárias, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), dentre outros.

Nos primeiros três meses de 2016, o Paraná ficou atrás apenas de São Paulo, com 42,23%; Rio de Janeiro (16,08%), Distrito Federal (8,79%) e Minas Gerais (5,86%). O Estado ficou praticamente empatado com o Rio Grande do Sul (4,95%), na quinta posição. Os gaúchos, contudo, tiveram arrecadação um pouco superior em valor (R\$ 15,22 bilhões).

MARÇO - No período, o destaque ficou por conta do mês de março, quando o Paraná arrecadou R\$ 5,1 bilhões em tributos federais, 11,83% mais do que no mesmo período do ano passado.

Somente em março, o Estado respondeu por 5,42% dos R\$ 94,5 bilhões computados em tributos federais. Foi a quarta unidade da federação com maior participação, atrás apenas de São Paulo, com 42,88%, Rio de Janeiro, com 14,49%, com Distrito Federal, com 9,29%

1,8 milhão de empresas fecharam em 2015 no País

11/05/2016 - Fonte: R7

Cerca de 1,8 milhão empresas fecharam as portas no País durante o ano passado. Esse número engloba companhias de todos os tamanhos e setores da economia, inclusive dados de microempreendedores individuais.

O resultado é mais que o triplo do que foi registrado no ano anterior e mostra o tamanho da recessão no âmbito empresarial.

O total de empresas que encerraram atividades foi apurado pela Neoway, consultoria especializada em inteligência de mercado, a partir do cruzamento de dados reais de todas as juntas comerciais espalhadas pelo País e de informações obtidas no site da Receita Federal. As informações são monitoradas diariamente.

"O dado é preocupante: a mortalidade das empresas aumentou mais de 300% entre 2014 e 2015", afirma Jaime de Paula, presidente da consultoria e responsável pelas estatísticas. Ele observa que a marca de 1,8 milhão de empresas desativadas em 2015 é a maior dos últimos cinco anos.

O executivo pondera que essa marca pode estar subestimada, já que existe um custo para encerrar a atividade na junta comercial e há empresários que, acuados pela crise, não têm recursos disponíveis para isso.

Tendência

De acordo com o levantamento, em 2014 foram fechadas 572,9 mil companhias. Entre janeiro e abril deste ano, o total de empresas desativadas somou 266,7 mil. A tendência para este ano, observa o presidente da consultoria, é que o número de fechamentos seja menor.

O levantamento mostra que no final do ano passado existiam 18,3 milhões de empresas ativas no País e em abril deste ano esse total atingiu 18,9 milhões. O avanço, na opinião de Jaime de Paula, ocorreu neste ano porque muitas pessoas demitidas estão abrindo o seu próprio negócio e isso melhora as estatísticas. No entanto, num ambiente recessivo como o atual, a sobrevivência dessas novas companhias está ameaçada.

Fábrica de motores da Toyota abastece Etios e já prevê Corolla

11/05/2016 - Fonte: UOL

Propulsores 1.3 e 1.5 flex foram os primeiros a ganhar produção nacional

Três semanas após o lançamento da linha 2017 do compacto Etios, a Toyota dá mais um passo para a nacionalização avançada, redução de custos e melhoria da qualidade de seu portfólio com a inauguração da fábrica de motores de Porto Feliz (SP), nesta terça-feira (10).

A ocasião gerou até um discurso inflamado do presidente para a América Latina, Steve St. Angelo, criticando o pessimismo exagerado dos brasileiros e reiterando a confiança da marca no futuro econômico do país.

Com funcionamento em dois turnos empregando 320 funcionários e alta dose de automação, a promessa é entregar até 108 mil motores bicompostível por ano, das variantes 1.3 e 1.5 -- flex, com bloco de alumínio e tecnologia VVT-i (comando variável das válvulas) --, para equipar Etios hatch e sedã nacionais.

Derivações movidas apenas a gasolina será fabricadas apenas para exportação.

Chefão da América Latina, Steve St. Angelo (centro), corta fita de inauguração ao lado de executivos da marca e do governador de SP, Geraldo Alckmin

Corolla no radar

Também está em planejamento a fabricação de motores bicompostíveis para o sedã médio Corolla -- cujas atuais unidades 1.8 e 2.0 vêm importadas do Japão. Aposta-se na fabricação local do trem-de-força para a renovação da 11ª geração do carro-chefe da Toyota, que deve surgir em meados do ano que vem.

Além da reestilização e de enfim ganhar controle de estabilidade, Corolla pode usar motores feitos localmente em 2017

"Fizemos o anúncio do investimento de R\$ 580 milhões para construir essa unidade em 2012, durante a inauguração da fábrica de Sorocaba, mas não ficamos apenas nisso. Investimos mais de R\$ 105 milhões", afirmou St. Angelo.

O executivo, que também é chairman da Toyota do Brasil, citou como outros pontos de investimento a reforma da fábrica matriz, a construção de seu primeiro Centro de Design e Engenharia no Brasil, em São Bernardo do Campo (SP), e a criação de um centro de logística em Pernambuco.

"Estamos só esperando o reaquecimento do mercado para apertar o botão. Teremos nossa recompensa no futuro", completou.

Motores estream no Etios 2017; veja como ficou

Mais moderna

Com alta carga de tecnologia empregada e pequeno índice de manufatura -- apenas 320 empregados são responsáveis por um volume de 108 mil unidades/ano, inicialmente --, a fábrica de motores promete ser a mais moderna da linha Toyota em solo brasileiro.

É, também, a primeira da marca na América Latina voltada exclusivamente à produção de trens-de-força. Com os três processos -- fundição de alumínio, usinagem e montagem -- unificados no local, a marca garante ter segurança e qualidade ampliados.

"Porto Feliz será modelo de produção, segurança e confiabilidade e isso nos permitirá uma rápida expansão", completou St. Angelo.

Cenário de recessão e aumento da inadimplência elevam o custo do crédito

11/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A alta histórica nos juros do cheque especial registrada em março, que alcançou uma taxa de 300,9% ao ano, o maior índice desde o início do Plano Real, reflete o encarecimento generalizado do crédito livre para a pessoa física no país.

De acordo com o Banco Central, o rotativo do cartão de crédito também teve um aumento histórico, de 449,06% ao ano, enquanto o custo do crédito pessoal não consignado foi de 126,1%.

Mais do que um efeito da taxa básica de juros (Selic), que se mantém estável em 14,25% ao ano desde setembro de 2015, o encarecimento das carteiras dos bancos se deve ao maior risco assumido pelas instituições na concessão dos empréstimos.

"Desde 2013 os bancos estão preocupados com a inadimplência e se tornaram mais seletivos no crédito. Mesmo com a Selic inalterada, as taxas vêm subindo porque o risco de inadimplência está maior", avalia o diretor executivo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel de Oliveira.

A forte recessão, com alta nos níveis de inflação e de desemprego, piora o cenário e carrega os juros para cima, afirma Oliveira. Como resultado do aumento do risco, os bancos elevam as suas provisões – dinheiro reservado nos balanços para cobrir possíveis perdas – e o valor das taxas cobradas.

No primeiro trimestre do ano, o Itaú reservou R\$ 7,23 bilhões, alta de 31% na comparação com o período anterior. O Bradesco seguiu o mesmo caminho e guardou R\$ 5,44 bilhões nos três primeiros meses do ano, aumento de 30%.

Menos subsídios

Para o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas Lívio Ribeiro, o aumento do spread – ganho dos bancos sobre as operações realizadas – não indica necessariamente uma elevação no lucro, mas sim um ajuste diante do atual cenário econômico.

Segundo o pesquisador, o encarecimento do crédito subsidiado dos bancos públicos é um outro ponto a ser considerado na alta geral da carteira.

O Banco Central indica que em março de 2013, ano de aumento nos subsídios das linhas das instituições públicas, a média de juros do crédito direcionado para pessoa física era de 6,86%. No mesmo mês de 2014, as taxas saltaram para 8,31%; no ano seguinte, tiveram queda de 7,87%; mas, neste ano, atingiram 10,07%.

Nesta categoria, encontram-se os empréstimos para financiamento imobiliário e rural, entre outros.

“Nos últimos anos os bancos públicos adotaram uma gestão com spreads menores, principalmente em 2012 e 2014. Mas, com o fim dos subsídios, os custos e os spreads voltaram a se elevarem”, afirma.

Maus investimentos pesam sobre o balanço

O cenário econômico não é a única razão para as perdas dos principais bancos do país.

Os investimentos em negócios que trouxeram prejuízos, como a empresa de sondas marítimas Sete Brasil, que pediu recuperação judicial em abril, também tiveram o seu papel nas provisões, consideram fontes ligadas ao mercado.

Ao divulgar o balanço do primeiro trimestre de 2016, o Bradesco informou que R\$ 836 milhões foram destinados a possíveis perdas com um “caso corporativo” específico. A instituição, porém, não confirma que a provisão esteja ligada a Sete Brasil.

De acordo com analistas, devido ao aumento da verba para cobrir os calores, os bancos tendem a reduzir o volume de crédito, o que tem efeito direto sobre os valores cobrados.

Além disso, o analista de instituições financeiras da Austing Ratings, Miguel Santacreu, aponta que a concentração no setor bancário brasileiro observada nos últimos anos é outra razão para a elevação do crédito.

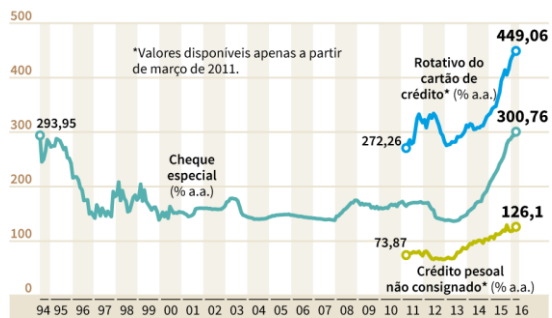
“Antes havia mais bancos estaduais e de varejo. Mas, com menos instituições na praça, há redução na concorrência e aumento dos spreads.”

Embora a taxa básica de juros (Selic) esteja mais baixa que a média registrada no início das medições, em 1999, o crédito do cheque especial para pessoa física registrou pico de 300% em 2016:



CRÉDITO LIVRE PARA PESSOA FÍSICA

O movimento de encarecimento do crédito foi acompanhado pelas demais modalidades para pessoa física, que também registram recordes em 2016:



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Decreto viabiliza construção de terminal portuário em Pontal do Paraná

11/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Depois de uma espera de 15 anos, o projeto do Terminal Portuário Porto Pontal está mais perto de sair do papel. Na segunda-feira (9), o governo federal publicou no Diário Oficial um decreto autorizando a supressão vegetal e a construção do terminal de uso privado (TUP) no município de Pontal do Paraná, no litoral paranaense. O empreendimento é destinado à movimentação de contêineres e prevê investimentos de R\$ 1,5 bilhão.

O projeto, idealizado pela JCR Participações, já tinha a autorização da Secretaria dos Portos, assinada em 2014, e a licença de instalação emitida em maio de 2015. Mas, para o processo avançar, faltava ainda a Declaração de Utilidade Pública da área, publicada nesta segunda no Diário Oficial da União.

Com o decreto publicado, é preciso agora somente a autorização da Funai para que as obras do novo terminal comecem. A expectativa é que isso aconteça em até 90 dias, segundo informações do diretor do Porto Pontal, Ricardo Bueno Salcedo.

A construção do novo terminal deve movimentar R\$ 1,5 bilhão em investimentos no litoral paranaense. O empreendimento ficará localizado em Pontal do Paraná, na margem sul do setor externo da Baía de Paranaguá, na região denominada Ponta do Poço, com mais de 600 mil m² para depósito de contêineres.

De acordo com Salcedo, o novo TUP deve estar operando até 2018, com estimativa de movimentar 2,5 milhões de toneladas por ano e ampliar em até 55% a capacidade portuária do estado, que passaria de 45 para 70 milhões de toneladas.

O terminal terá um pátio de 450 mil m², o que constituirá a maior área para depósito de contêineres do país. O projeto prevê ainda estruturas de acostagem, áreas de armazenagem descobertas e vias internas, armazéns e estruturas de administrativas e de apoio às operações.

Segundo a administradora do empreendimento, devem ser gerados 5 mil empregos diretos e 2 mil indiretos com a implantação do terminal.

Investimentos

O anúncio do governo federal dá continuidade a uma série de investimentos no litoral paranaense. Os portos públicos do estado devem passar por melhorias nos próximos anos e ao menos três terminais privados devem ser construídos – incluindo o Porto Pontal.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) estima que os aportes financeiros alcancem até R\$ 10 bilhões. O primeiro grande investimento veio em março deste ano com o anúncio da renovação do contrato de arrendamento da empresa Ponta do Félix, no valor de R\$ 114,18 milhões.

Depois, o governo federal autorizou a renovação do contrato da empresa Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), que atua no Porto de Paranaguá, por mais 25 anos, em troca de investimentos de R\$ 1,1 bilhão.

Quase metade dos dissídios teve reajuste abaixo da inflação no 1º trimestre

11/05/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Quase a metade das negociações salariais fechadas em todo o país no primeiro trimestre deste ano nos setores de indústria, comércio e serviços teve reajuste abaixo da inflação. Essa piora foi detectada por um levantamento preliminar feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Das 102 negociações fechadas entre janeiro e março, 49% obtiveram reajustes abaixo da inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e a maioria registrou queda real de até 1% nos salários negociados em acordos coletivos.

Em janeiro do ano passado, observa o técnico do Dieese, Luis Ribeiro, a fatia de categorias com reajustes abaixo da inflação estava em 42%, subiu para 47,7% em janeiro deste ano, recuou para 30,8% em fevereiro e atingiu 62,5% em março.

No primeiro trimestre de 2015, a fatia de dissídios que ficou abaixo da inflação era bem menor em relação a este ano: em janeiro estava em 1,1%; fevereiro, 9,1% e março 10%. O técnico pondera que os dados deste ano são ainda preliminares e podem mudar, pois muitas categorias não fecharam acordos. De toda forma, a piora é nítida.

Inflação

“Esse avanço do número de negociações com queda real nos reajustes está relacionado como aumento da inflação”, explica Ribeiro. O INPC acumulado em 12 meses até janeiro foi de 11,28%, em fevereiro atingiu 11,31% e em março desacelerou para 11,08%. Já em abril houve uma nova desaceleração do INPC, que acumulou alta de 9,91% em 12 meses.

Entre os 51% restantes das negociações concluídas no primeiro trimestre, 27,5% tiveram aumentos iguais à inflação e 23,5% reajustes acima da inflação, aponta o levantamento do Dieese.

Apesar do aumento do desemprego, o técnico acredita que nos próximos meses as negociações salariais serão mais favoráveis aos trabalhadores por causa da perda de fôlego da inflação.

Segundo Ribeiro, a desaceleração da inflação conta mais do que o desemprego elevado na hora de negociar. E a tendência é que essa fatia de dissídios com reajustes abaixo da inflação diminua nos próximos meses, mesmo com a economia andando em marcha lenta.

BNDES compartilhará dados sob sigilo com a CGU

11/05/2016 - Fonte: Paraná Online

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) compartilhará dados sob sigilo com a Controladoria-Geral da União (CGU), após o banco de fomento e o órgão de controle celebrarem, nesta terça-feira, 10, um acordo de cooperação.

Em nota, a instituição financeira frisou que "não se trata de quebra do sigilo bancário, que é regulado por lei federal (Lei Complementar 105/2001), mas sim da transferência e compartilhamento de dados sob sigilo".

"O intuito desse compromisso é garantir o comprometimento e a responsabilidade do agente público que terá acesso às informações sigilosas", diz a nota, divulgada hoje pela assessoria de imprensa do BNDES.

Segundo a nota, o compartilhamento dos dados sob sigilo tem como base um estudo interno para definir como proceder diante de requerimentos de informação protegida por sigilo bancário.

O estudo se seguiu à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada em agosto, de que o BNDES está obrigado a compartilhar com o Tribunal de Contas da União (TCU) dados sob sigilo bancário, informou o banco de fomento.

"Antes mesmo da publicação da decisão do STF, o BNDES decidiu, em maio de 2015, não mais opor sigilo a requerimentos de informações do TCU sobre quaisquer temas.

O banco também incluiu em sua decisão a possibilidade de estender a outros órgãos públicos o mesmo tratamento dispensado ao TCU (acesso a dados e informações protegidos por sigilo bancário, desde que observados certos limites), o que está sendo posto em prática neste acordo formalizado com a CGU", diz a nota do BNDES.

Afif: pequenas empresas podem cumprir exigência sobre empregos para ter crédito

11/05/2016 - Fonte: Paraná Online

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, disse que as micro e pequenas empresas têm condições de cumprir a contrapartida de manter o número de empregos por um ano para ter direito à linha de crédito com juros menores anunciada nesta terça-feira, 10, pelo Palácio do Planalto.

Os R\$ 5 bilhões que serão direcionados ao financiamento de capital de giro para micro e pequenas empresas são do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), responsável pelo pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

"É a primeira vez que se libera recursos do FAT para quem realmente gera emprego e renda, que é a micro e pequena empresa", disse Afif. Ele explicou que exigência de manter o número de empregos difere da proposta inicial que era dar estabilidade para os trabalhadores dessas empresas. Ou seja, as micro e pequenas empresas que tomarem o crédito poderão demitir desde que contratem outro funcionário para o lugar.

A linha vai vigorar até dezembro de 2017. Os juros variam entre 18% e 19,5% ao ano. Além de manter o número de funcionários, as empresas com mais de 10 funcionários precisarão empregar um jovem aprendiz para ter direito ao financiamento.

O controle será feito pelos dados mensais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência Social. O ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, estima que as exigências vão garantir a preservação de ao menos 1,5 milhão de vagas com carteira assinada e a contratação de 185 mil jovens no próximo ano.

Fazenda credita alta de despesa primária à transferência de renda e gasto atípico

11/05/2016 - Fonte: Paraná Online

O Ministério da Fazenda divulgou nesta terça-feira, 10, o Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais para o período entre 2006 e 2015. O documento argumenta que o crescimento das despesas públicas primárias federais nos últimos anos ocorreu devido aos gastos com programas de transferência de renda para as famílias, além de despesas de custeio atípicas que já teriam sido revertidas.

Por isso, a Fazenda defende no relatório uma reavaliação das políticas públicas para que esses programas sejam sustentáveis. A pasta também defende a reavaliação dos instrumentos de gestão fiscal, para que sejam efetivos. Entre as despesas atípicas listadas pela pasta que já teriam sido revertidas, estão a compensação da desoneração da folha ao INSS, o auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e o pagamento de subsídios.

O documento afirma ainda que a taxa de crescimento real das despesas federais caiu de 2011 a 2015, na comparação com o período entre 2007 e 2010. "Essa queda, no entanto, não foi suficiente para estabilizar as despesas como proporção do PIB, dificultando a adequação da política fiscal ao desempenho recente da economia", admite a Fazenda.

Mais uma vez, o Ministério culpa a "elevada rigidez orçamentária" pela redução da eficiência da política fiscal, uma vez que esse engessamento dificultaria, nas palavras da pasta, "o estabelecimento de prioridades, a definição e a execução das políticas".

Nesse contexto, continua o relatório, as adequações necessárias à política fiscal tendem a ocorrer com a redução dos investimentos públicos, "o que produz custos econômicos elevados e não se mostra sustentável no tempo".

Para tentar resolver o problema, a Fazenda defende a reforma da Previdência com o objetivo de estabilizar no médio prazo essa despesa em porcentual do Produto Interno Bruto (PIB), e uma reforma mais ampla do gasto obrigatório que estabeleça um limite para a sua expansão.

"Ao mesmo tempo, o limite para o gasto deve vir acompanhado de instrumentos que ofereçam flexibilidade, de forma que essa nova regra fiscal possa ser mais efetiva", repete o documento.

Na avaliação do ministério, essas reformas trariam impacto positivo já no presente, alterando a percepção de sustentabilidade das contas públicas. O documento projeta que isso reduziria as taxas de juros de longo prazo e estabeleceria um sinal importante para a recuperação dos investimentos e da redução do custo de financiamento do governo.

"Ao mesmo tempo, evitam um prolongamento do ajuste fiscal de curto prazo, que impacta diretamente os investimentos, compromete o crescimento do PIB e, ao final, afeta negativamente o próprio reequilíbrio fiscal", completa.

ARTIGO: Um caminho diferente

11/05/2016 - Fonte: CNI



Robson Braga de Andrade é presidente da Confederação Nacional da Indústria

Em texto publicado no jornal Correio Braziliense, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade aponta razões para a imediata redução da taxa básica de juros pelo Banco Central.

Duas razões fundamentais recomendam a imediata e consistente redução da taxa básica de juros. Em primeiro lugar, o patamar em que se encontra a Selic, estacionada há nove meses em 14,25%, é incompatível com o crescimento sustentado da economia. Sabemos, todos, que não há nação desenvolvida com custo de capital tão alto. Assim, cortes na Selic são cruciais para que o país supere a mais grave recessão da sua história recente e volte a investir, crescer e criar empregos.

Na outra vertente, os juros elevados não atingem o alvo visado pelo Banco Central (BC) de baixar a inflação. Não conseguem cumprir esse papel porque a economia está em seu segundo ano de forte recessão e porque a inflação brasileira nada tem a ver com a demanda.

Economistas de renome, entre eles o ganhador do Nobel Joseph Stiglitz, afirmam que a atual política monetária impõe sacrifícios desnecessários ao nível de atividade, pois as condições que a justificariam não existem.

Além do mais, a inflação está regredindo em virtude, principalmente, da contração econômica. No ano passado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como base para as metas no Brasil, ficou em 10,67%. As previsões dos analistas de mercado ouvidos pelo BC vêm baixando semana após semana. As estimativas são de que o indicador será inferior a 7% em 2016.

Resta a conclusão de que, embora positiva, a decisão do BC de manter inalterada a taxa básica, nas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), é obviamente insuficiente.

A verdade é que os juros não deveriam ter chegado a 14,25% ao ano e não podem permanecer nesse nível. Os prejuízos para empresas e trabalhadores são enormes, aumentando a onda de demissões, dificultando o dia a dia dos negócios e provocando seu fechamento.

Se está claro que a política de juros altos é inócua, talvez seja a hora de mudar a receita, buscando soluções que atuem na raiz do mal. Combater a inflação de modo eficiente pressupõe afastar as incertezas que cercam a conjuntura, particularmente as

relacionadas com a desorganização fiscal. Ao propagar expectativas negativas, o descontrole das contas públicas é o principal combustível do atual surto inflacionário. Não defendemos medidas açodadas. A redução dos juros deve ser conduzida de modo responsável, mas incisivo.

Não se trata, portanto, de impor cortes voluntaristas na Selic. É preciso criar condições para que sua queda estrutural, a partir de um ajuste fiscal vigoroso e permanente, seja capaz de gerar um choque de confiança. Nessa caminhada, passos importantes são o corte de despesas e sua permanência num nível mais baixo, mudanças nas regras orçamentárias e a reforma da Previdência.

É consenso que um Estado mais leve precisa de menos recursos para funcionar e aumenta a credibilidade sobre sua capacidade de pagamento. Mas o que vimos nesse sentido, até agora, é muito pouco. As iniciativas para a diminuição de gastos anunciadas pelo governo no fim do ano passado não saíram do papel, não houve nem mesmo o prometido encolhimento do número de cargos comissionados.

Enfim, a queda dos juros, após a restauração do equilíbrio fiscal em um novo governo, estimulará o aumento dos investimentos e do consumo de bens duráveis, além de reduzir o custo de capital de giro das empresas. Tudo isso dará uma injeção de ânimo na economia - a própria administração pública se beneficiaria, deixando de gastar pelo menos R\$ 6 bilhões anuais em encargos sobre a dívida para cada ponto de corte na Selic.

Os brasileiros se acostumaram a viver com uma taxa de juros alta, como se isso fosse normal, como se fosse um dado da natureza. Em vez de enfrentarmos o problema e encontrarmos formas de combatê-lo eficientemente, acabamos por nos adaptar a ele, com todo o sofrimento causado pelo cancelamento de projetos, empresas fechadas e empregos perdidos.

Neste momento desafiador, que combina crise política, inflação e grave recessão, o país necessita recuperar a confiança no futuro. Para que isso ocorra, o governo que emergir da votação do processo de impeachment pelo Congresso Nacional deve buscar um caminho diferente para vencer a inflação. Ele deve se basear em um efetivo corte de gastos públicos, e não em uma deletéria política de juros altos.

A redução dos juros, que teria um efeito multiplicador, contribuindo para o surgimento de um círculo virtuoso, precisa fazer parte da estratégia econômica. O novo governo deve se aproveitar da boa vontade inicial da população para tomar decisões com o objetivo de superar a crise e estimular o crescimento. Entre elas, está a rápida queda dos juros, uma medida inadiável.

(Robson Braga de Andrade- presidente da CNI)

CNH utiliza Iveco Tector movido a GNV em fábrica de Sorocaba

11/05/2016 - Fonte: Automotive Business



Um caminhão semipesado Iveco Tector movido a GNV – gás natural veicular – começou a rodar no complexo industrial da CNH Industrial em Sorocaba (SP). Substituto de um modelo movido a diesel e de mesmo PBT (17 toneladas), o veículo transporta peças, partes e matéria-prima para estoque da unidade, onde são

fabricadas máquinas agrícolas das marcas Case e New Holland, que assim como a Iveco, pertencem ao Grupo CNH Industrial.

O veículo deverá percorrer cerca de 300 quilômetros por mês, estima a CNH Industrial. Segundo o engenheiro de produto responsável pela área de Inovação da Iveco, Fábio Nicora, quando comparado com um caminhão de mesmo porte movido a diesel, o Iveco Tector GNV gera redução de 86% de NOx, 77% de particulado e 25% de CO2 e possibilita melhora de cerca de 20% no custo operacional.

Ele possui sistema de armazenamento com capacidade total de 126 m³ de combustível, gerando autonomia de até 300 Km, com o tanque cheio e dependendo da aplicação.

Equipado com o motor FPT NEF 6 Ciclo Otto GNV, desenvolve 200 cv de potência, atendendo ao padrão europeu de emissões EEV e com baixos níveis de ruídos e vibrações. Também pode ser abastecido por biometano, gás produzido a partir do processamento de resíduos orgânicos.

A experiência da Iveco com a tecnologia GNV soma 26 anos e é um dos pontos fortes da operação da montadora na Europa, onde possui uma frota de 14 mil veículos movidos a gás natural veicular. "Essa experiência nos ajuda a coletar mais dados de operação e entender a viabilidade econômica e técnica em aplicações diferentes", afirma Nicora.

No Brasil, os testes do GNV tiveram início em 2011, quando a empresa colocou o caminhão para rodar em parceria com algumas entidades. O Tector GNV foi utilizado em parceria com a Coca Cola, em Belo Horizonte, por mais de um ano, entre 2013 e 2014.

Indicador da OCDE aponta melhora do cenário para Brasil e emergente

11/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



A desaceleração econômica em países emergentes está dando sinais de melhora, disse a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) nesta quarta-feira (11), acrescentando que o cenário está melhorando no Brasil e na Rússia e se estabilizando na China, embora continue a se deteriorar nos Estados Unidos.

O indicador econômico mensal da OCDE é uma medida concebida para apontar pontos de virada na economia mundial.

Em um índice em que 100 representa a média de longo prazo, a OCDE disse que a leitura para países da organização como um todo diminuiu de 99,7 em fevereiro para 99,6 em março.

A leitura para o Brasil melhorou de 98,0 para 98,3, enquanto o indicador para a Rússia avançou de 98,4 para 98,6. Já o dado da China permaneceu em 98,3.

O indicador mostrou também ímpeto de crescimento estável na zona do euro. O indicador para a França se manteve estável em 100,9 enquanto o Itália caiu de 100,8 para 100,7. O indicador da Alemanha continuou em 99,7.

"Os CLIs (indicadores compostos) continuam a apontar desaceleração do crescimento nos Estados Unidos e no Reino Unido, com o cenário para menor crescimento agora confirmado na Itália", disse a OCDE em comunicado.

O indicador para os EUA caiu de 98,9 para 98,8, enquanto a leitura do Reino Unido permaneceu em 99,1 e ainda aponta desaceleração do crescimento.

Artigo: Reformas

11/05/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

Há alguma coisa no ar e não são apenas os urubus que infestam nossos aeroportos. Na semana passada, três bancos que detêm excelentes departamentos econômicos ou confirmaram suas visões de que em 2017 o PIB crescerá (1,5% segundo o Bradesco) ou alteraram suas perspectivas: o Itaú elevou sua estimativa de 0,3% para 1% do PIB e o BNP Paribas, de 0% para 2%

Não há outra explicação para esse fato que não seja a captura (por suas pesquisas proprietárias) do "sentimento" disseminado no setor privado de que a eventual assunção à Presidência do vice-presidente Michel Temer produzirá a volta da governabilidade e a melhoria na economia.

Temer tem insistido que o problema econômico é muito grave, mas que a sua solução está diagnosticada e à vista. E que, para executá-la, não faltam economistas talentosos.

O que falta, então? É a construção de uma sólida maioria no Congresso Nacional (na Câmara e no Senado) que defenda e aprove as reformas constitucionais que reconstituirão as esperanças da sociedade.

Ele precisa desmoralizar a narrativa da esquerda "infantil" que se aboletou no governo de que vai reduzir os programas sociais. Ele precisa insistir que é apenas seu "parasitismo" que vai ser fiscalizado, em benefício do verdadeiro interesse do trabalhador comum e desorganizado.

É preciso repetir à exaustão. Nenhum direito adquirido será violado. As reformas não são "maldades". Pelo contrário, são "benignidades" indispensáveis para que voltemos a crescer.

Esta é a condição necessária (ainda que não suficiente) para melhorarmos a igualdade de oportunidades de todo cidadão em um regime de liberdade iniciativa, o que, conseqüentemente, beneficiará todos os trabalhadores, não importando o lar em que nasceram, sexo, cor, religião ou nacionalidade.

O eventual governo de Michel Temer e sua eventual maioria vão ter que encarar de frente o problema de mostrar à sociedade brasileira que, ao contrário do que afirma o pensamento "mágico" que nos levou à tragédia em que vivemos, são exatamente as reformas bem feitas que garantirão, no futuro, os "direitos adquiridos".

Nosso problema é político e só um novo governo com a maioria sólida e estável no Congresso poderá começar a resolvê-lo. O Brasil não precisa de um governo de "gênios", mas de um governo de políticos competente com sensibilidade para a economia e coragem para fazer o que deve ser feito.

A alternativa será a inexorável desorganização social que nos espera se não o fizermos e que, provavelmente, nos tirará não só os "direitos adquiridos", mas também a nossa liberdade...

(Antonio Delfim Neto – Ex-ministro da Fazenda é economista e ex- deputado federal).

Senado aprova mudanças no Seguro de Crédito à Exportação

11/05/2016 - Fonte: Notícias do Senado



Proposições legislativas

- [MPV 701/2015](#)

O Senado aprovou nesta terça-feira (10) a medida provisória que facilita a concessão de seguro na exportação de produtos agrícolas sujeitos a cotas em outros países.

A [MP 701/2015](#), transformada no Projeto de Lei de Conversão 7/2016, permite o uso de recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para a concessão de seguro nas exportações de produtos agrícolas sujeitos a cotas de importação fora do Brasil. Antes da edição da MP, só as empresas do setor de defesa tinham esse benefício. O texto segue para a sanção.

Inicialmente, o texto estendia o benefício no Seguro de Crédito à Exportação (SCE) a produtos agrícolas, mas o relator da matéria na comissão mista, o ex-senador Douglas Cintra que deixou o mandato com o retorno do titular Armando Monteiro (PTB-PE), estendeu essa possibilidade também a produtos agropecuários. Elas funcionam como uma espécie de limitador para a importação de determinado produto. A partir de certa quantidade, a tarifa paga para o produto entrar no país aumenta.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o FGE tem cobertura de US\$ 28 bilhões e margem para aprovar outros US\$ 7 bilhões. O dinheiro do fundo poderá ser usado de três maneiras.

A primeira para garantir a cobertura concedida por bancos às empresas na forma de garantia de execução, quando o comprador do outro país não puder honrar as obrigações definidas no contrato comercial.

A segunda para garantia de reembolso de adiantamento, quando a empresa exportadora que recebeu recursos antecipadamente, mas não pôde honrar o contrato. Por fim, para garantia de termos e condições de oferta.

Os riscos cobertos são classificados em eventos de natureza política (como moratória do país e guerra), comercial (como atrasos e falência do importador) e extraordinária (terremotos).

O preço do prêmio é calculado sobre o valor de principal financiado da operação, considerando variáveis como o país do devedor; tipo; natureza do risco; prazo total do financiamento; e capacidade financeira do devedor.

Relator da matéria em Plenário, o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), destacou que a medida vai beneficiar principalmente o setor sucroalcooleiro do Brasil, que emprega centenas de milhares de pessoas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, atingidos pelo preço do álcool nos últimos anos.

O senador Armando Monteiro, que ocupava o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior quando a MP foi editada, assegurou que ela está alinhada com o

Plano Nacional de Exportação e possibilita ao Brasil estar integrado às melhores práticas internacionais.

— É um importante avanço para o desenvolvimento de sistema de crédito de exportação que possa corresponder às aspirações do Brasil de ser um país com mais inserção no comércio internacional — afirmou.

Ampliação

A MP autoriza seguradoras e organismos internacionais, como a Agência Multilateral de Garantia do Investimento (AMGI) a oferecerem o seguro. O objetivo é ampliar o leque de agentes e compartilhar o risco com essas outras instituições, contribuindo para a abertura de mercados.

Durante a análise pelo Congresso, os parlamentares acrescentaram à lista as resseguradoras e os fundos de investimento que financiarem a produção de bens destinados à exportação, além de assegurar tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas.

Outro caso de garantia de riscos incluído pelo relator da MP é para as exportações estrangeiras de bens e serviços, desde que associadas a exportações brasileiras ou que contenham componentes produzidos ou serviços prestados por empresas brasileiras.

Para isso, deverá haver o compartilhamento de risco com agências de crédito à exportação estrangeiras, seguradoras, resseguradoras, bancos e organismos internacionais.

Também no Congresso, o texto foi alterado para possibilitar o uso do SCE no caso de produtos nacionais que não saírem do território brasileiro. Para isso, a venda, efetivada em moeda nacional ou estrangeira, deve ser realizada para empresa com sede no exterior ligada a atividades de pesquisa ou lavra de jazidas de petróleo e de gás natural no país.

Nessa situação e nas exportações estrangeiras associadas às nacionais, o texto aprovado prevê o compartilhamento de risco entre a União e agências de crédito à exportação e outras instituições estrangeiras.

O compartilhamento cobre cobrir riscos comerciais, políticos e extraordinários no âmbito de uma mesma operação de crédito à exportação, independentemente do país de origem.

A União poderá conceder garantia às exportações brasileiras e às operações de crédito à exportação compostas por exportações nacionais e estrangeiras. Nesse último caso, deverá ser na proporção das exportações estrangeiras com cobertura da União.

Seguro de investimento

O texto aprovado também permite à União oferecer garantia, com recursos do FGE, nas operações de seguro de investimento no exterior contra riscos políticos e extraordinários.

O seguro de investimento ocorre para prover indenizações a empresas brasileiras que tenham decidido investir em outros países nos quais o empreendimento não pôde continuar devido a problemas políticos ou extraordinários.

O texto define como suscetíveis de contar com esse tipo de seguro os empreendimentos de longo prazo, com cobertura que poderá incluir os empréstimos junto a bancos nacionais ou estrangeiros.

Com a possibilidade de oferecimento de garantia com o compartilhamento de riscos entre a União e agências de seguro estrangeiras, o texto permite à União conceder mandato a essas agências e a outras instituições para a cobrança judicial e extrajudicial de créditos decorrentes do pagamento de indenizações.

Da mesma forma, a União também poderá receber mandato de agências de crédito à exportação estrangeiras. Outra facilidade para estimular o funcionamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) é a permissão para a União integralizar cotas do fundo com bens imóveis ou direitos reais de bens imóveis pertencentes à União.

Além disso, a MP dispensa a União de cobrar judicialmente créditos devidos por importadores que receberam garantias do SCE e não cumpriram as obrigações contratuais.

A dispensa só ocorrerá quando a recuperação for considerada inviável, ou seja: quando o custo dos procedimentos necessários à cobrança foi maior que o valor a ser recuperado. A estimativa é de que o estoque de créditos de difícil recuperação chegue a US\$ 11 milhões.

Transparência

Durante a votação no Plenário, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) pediu que, uma vez que a matéria não poderia ser alterada ou retornaria à Câmara dos Deputados podendo perder sua validade, o governo levasse em consideração a emenda que apresentou ao projeto, mas que não pode ser acolhida.

A emenda exigia a divulgação, em até 15 dias, das decisões aprovadas pelo FGE, com informações sobre a concessão de seguro de crédito às exportações e de prestação de garantia pela União. Fernando Bezerra Coelho prometeu incluir a sugestão em uma outra proposição que venha a ser apreciada na Casa.

Comissão aprova compra de carros elétricos com isenção de impostos

11/05/2016 - Fonte: Notícias do Senado

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou um projeto ([PLS 780/2015](#)) que concede isenção de impostos para pessoas com deficiência e taxistas que queiram comprar carros elétricos e híbridos.

A proposta é do senador Jorge Viana (PT-AC) e se baseia na legislação atual que já prevê isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a compra de veículos automotores movidos com outros combustíveis. Ouça a reportagem de Marcela Diniz, da [Rádio Senado](#), sobre o assunto.

Pósitron lança Rastreamento + Seguro para motos

11/05/2016 - Fonte: Automotive Business



A Pósitron fez uma parceria com a seguradora BNP Paribas e lançou o Rastreamento + Seguro para Motos. Os pacotes custam a partir de R\$ 119,90 por mês. Segundo a fabricante de acessórios automotivos, o produto é cerca de 50% mais econômico que os seguros convencionais.

O Rastreamento + Seguro é válido para 94 modelos de motos Honda e Yamaha com

cilindrada de 100 a 1.800 cc com até 70 mil quilômetros e 15 anos de uso. A contratação dispensa vistoria prévia, não avalia região de circulação nem analisa o perfil do condutor.

O serviço permite ainda o monitoramento por um aplicativo para smartphones, compatível com os sistemas iOS e Android.

“O cliente consegue ver pelo celular a localização de sua moto 24 horas por dia”, afirma o gerente comercial da Pósitron Alcides Prates. De acordo com o executivo, o novo produto surgiu como alternativa aos seguros convencionais, em regra muito caros por causa do alto índice de furto e roubo de motocicletas.

A Pósitron mobiliza uma equipe de apoio para recuperação da motocicleta em todo o País. Caso não seja encontrada a empresa paga 80% do valor do bem, calculado a partir da tabela Fipe. O rastreador utiliza tecnologia GSM/GPRS/GPS e oferece históricos de posicionamento, quilometragem percorrida e velocidade.

“Mais de 30% das nossas vendas de rastreadores são direcionadas para motos (...) Estimamos um aumento de 20% com o lançamento do serviço”, diz Prates.

Novas Triumph Bonneville chegam em junho

11/05/2016 - Fonte: Automotive Business



A partir de junho as concessionárias Triumph começam a vender a nova linha Bonneville, equipada com motor maior. Ele mantém os dois cilindros paralelos e oito válvulas, mas a cilindrada passou de 865 para 1.200 cc e o câmbio tem agora seis em vez de cinco marchas.

As primeiras a chegar são a Bonneville T120 e a Bonneville T120 Black, ambas com potência de 80 cavalos e preço sugerido de R\$ 42,5 mil. Um mês depois começa a venda da Thruxton R, também com motor de 1.200 cc, mas 97 cv e preço sugerido de R\$ 55 mil.

As motos são equipadas com acelerador do tipo Ride by Wire (eletrônico), têm freios ABS, manoplas aquecidas, entrada USB, controle de tração e modos de pilotagem “Estrada” ou “Chuva”. A versão Thruxton R recebe freios Brembo e componentes especiais nas suspensões, como amortecedores traseiros a gás Öhlins e garfo dianteiro Showa.

Segundo a Triumph, Bonneville e Bonneville Black pesam 224 quilos. A altura do assento é de 78,5 centímetros e o tanque comporta 15 litros. Mais leve, a Thruxton tem 203 kg. A altura do assento é de 81 cm e o reservatório de combustível comporta 14,5 litros.

De janeiro a abril a Triumph teve 1.268 motos emplacadas e obteve crescimento de 5,8%, apesar de o mercado de duas rodas registrar queda de 12,7%.

Ford anuncia investimento de US\$ 182,2 milhões na Pivotal

11/05/2016 - Fonte: Automotive Business



A Ford anuncia que investirá US\$ 182,2 milhões na Pivotal, empresa especializada em plataforma de softwares baseada na nuvem e com quem firmou parceria no início deste ano.

Segundo a montadora, o investimento faz parte do plano de acelerar sua transformação em uma empresa automotiva e de mobilidade, sem perder o foco no seu principal negócio de projetar, fabricar, vender, financiar e fornecer serviços para carros, utilitários, picapes, caminhões e veículos elétricos.

Além disso, pretende buscar novas oportunidades para o Ford Smart Mobility, plano focado na liderança em conectividade, mobilidade, veículos autônomos, experiência do consumidor e análise de dados.

“A expansão do nosso negócio para sermos uma empresa automotiva e de mobilidade requer experiência de ponta em software para oferecer experiências surpreendentes aos consumidores”, diz em nota o presidente mundial da Ford, Mark Fields.

“O investimento na Pivotal vai fortalecer nossa capacidade de levar aos consumidores experiências na velocidade do Vale do Silício, incluindo a expansão contínua do FordPass, nossa plataforma digital, física e pessoal de experiência de mobilidade”, completa.

O FordPass é criação conjunta da Ford e da Pivotal, lançada no mês passado nos Estados Unidos. A plataforma oferece serviços a consumidores, como acesso remoto ao veículo por aplicativo em smartphones, e soluções de mobilidade como estacionamento e carros compartilhados.

A partir da parceria, a Ford quer acelerar a incorporação das metodologias avançadas de desenvolvimento de software da Pivotal nas suas equipes de tecnologia da informação, desenvolvimento do produto, pesquisa e engenharia avançada.

Os softwares já desempenham um papel crescente nos novos veículos. A nova F-150, por exemplo, traz mais de 150 milhões de linhas de código, enquanto um smartphone tem em média 12 milhões.

Cada vez mais, os engenheiros usam softwares para o controle preciso do desempenho do veículo, como a calibração do motor e da transmissão, e para melhorar a experiência de conectividade.

No caso do motor EcoBoost, o software é o segredo da economia: com ele, os engenheiros podem melhorar o uso de cada gota de combustível, em nível molecular. Grande parte das 275 patentes que a Ford gerou com a tecnologia EcoBoost – além de outras 200 pendentes – estão associadas ao controle de software e calibração.

Kia vende 940,7 mil veículos de janeiro a abril

11/05/2016 - Fonte: Automotive Business



A Kia Motors vendeu em todo o mundo nos primeiros quatro meses deste ano 940,7 mil unidades, um total apenas 0,3% inferior ao anotado no mesmo período de 2015. Na Europa (197.831) e América do Norte (224.501) foram anotados acréscimos de 7,1% e 3,9%, respectivamente. No mercado doméstico, a Coreia do Sul (176.630 unidades), a alta foi de 12,1%.

Os resultados de abril também mostram estabilidade. As vendas globais no mês totalizaram 253,8 mil veículos, 0,5% a mais que no mesmo mês do ano passado. Coreia do Sul, América do Norte e Europa anotaram, nesta ordem, altas de 12,7%, 6,2% e 5%.

O modelo mais procurado durante abril na soma de todos os mercados foi o Sportage, com 48,5 mil unidades vendidas. O Cerato, também chamado de Forte ou K3 em outros países, foi o segundo modelo mais comercializado, somando 34,1 mil unidades.

DESEMPENHO LOCAL

No Brasil, a Kia Motors teve 3,4 mil unidades entregues nos primeiros quatro meses e registrou queda de 42,2% em relação ao mesmo período de 2015. Como ocorre no restante do mundo, o Sportage se mantém como o carro mais vendido da marca. Em segundo, porém, vem o compacto Picanto. O Cerato ocupa a terceira posição no País.

Clima econômico na América Latina sobe de 72 para 74 pontos, aponta FGV

11/05/2016 - Fonte: Correio Braziliense

O Indicador de Clima Econômico (ICE) da América Latina melhorou de 72 pontos para 74 pontos na passagem do trimestre encerrado em janeiro para o trimestre encerrado em abril, segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) em parceria com o instituto alemão Ifo. Foi o segundo avanço consecutivo registrado pelo indicador.

A alta de abril foi determinada pela melhora das expectativas, uma vez que o Índice de Expectativas (IE) subiu 4 pontos, de 84 para 88 pontos, enquanto o Índice da Situação Atual (ISA) ficou estável em 60 pontos.

"Estes resultados, no entanto, estão distantes de serem animadores. Primeiro porque todos os indicadores estão na zona desfavorável e abaixo da média histórica dos últimos dez anos. Segundo, porque a região está com desempenho relativamente pior do que o da média mundial. O ICE do mundo registrou uma pequena melhora e situa-se agora exatamente em 100 pontos, no limite entre as zonas de clima desfavorável e favorável", ressaltou a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em nota oficial.

Entre os 11 países alvos da pesquisa, apenas dois avançaram para o patamar considerado favorável em abril: Paraguai e Peru. O Paraguai já estava na zona favorável em janeiro e o aumento no indicador foi de apenas um ponto, para 105 pontos.

No Peru, o ICE passou de 97 pontos em janeiro para 104 pontos em abril, com melhora tanto das avaliações sobre a situação atual quanto das expectativas. Segundo a FGV, o país terá eleições presidenciais no dia 5 de junho e, aparentemente, os dois principais candidatos são avaliados positivamente.

Todos os outros países da América Latina registram ICE desfavorável, mas Brasil, Bolívia, Colômbia, México e Uruguai apresentaram tendência de melhora, com influência das expectativas.

No Brasil, a percepção sobre a situação atual permaneceu no patamar mínimo, mas o Indicador das Expectativas (IE) cresceu 16 pontos. O ICE brasileiro saiu de 47 pontos em janeiro para 55 pontos em abril.

Os países que tiveram queda ou estabilidade do ICE entre janeiro e abril foram Chile, Argentina, Venezuela e Equador. No Chile, o baixo preço do cobre e os debates sobre reformas trabalhistas são alguns dos fatores ressaltados por especialistas para explicar a queda no ICE de 65 pontos para 50 pontos no período. Na Argentina, as expectativas com o novo governo se acomodaram, e o ICE caiu de 109 pontos para 97 pontos.

Equador e Venezuela permaneceram na mesma posição de janeiro de 2016, com ICES em 44 pontos e 20 pontos, respectivamente. Em abril, o Brasil só ficou à frente do Chile, Equador e Venezuela.

A Sondagem Econômica da América Latina serve ao monitoramento e antecipação de tendências econômicas, com base em informações prestadas trimestralmente por especialistas nas economias de seus respectivos países.

A pesquisa é aplicada com a mesma metodologia em todos os países da região. Para a edição até abril de 2016, foram consultados 1078 especialistas econômicos em 116 países, dos quais 127 da América Latina.

A escala oscila entre o mínimo de 20 pontos e o máximo de 180 pontos. Indicadores superiores a 100 estão na zona favorável e abaixo de 100 na zona desfavorável.

BRF e trabalhadores vão discutir reajuste salarial em junho

11/05/2016 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Os trabalhadores da BRF, dona das marcas Sadia, Perdigão e Qualy, suspenderam o protesto previsto para esta terça-feira, 10, contra a proposta de reajuste salarial. A categoria e a empresa concordaram em realizar uma reunião no dia 6 de junho para tentar chegar a um acordo.

A Confederação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação (CNTA), que representa a categoria, diz que só foi procurada pela empresa após a convocação do ato. A BRF alega que está em constante diálogo com os sindicatos.

Desde o ano passado, a BRF adota um novo modelo de remuneração, estendendo uma prática que já era usada para gestores e setor comercial. De acordo com a empresa, o método prioriza a meritocracia e resultados da unidade a que o funcionário pertence. A CNTA classifica a política como "perversa".

"Nós convocamos uma reunião para o dia 27 de abril e a empresa não havia se manifestado até hoje", afirmou o presidente da CNTA, Artur Bueno de Camargo, na página da entidade no Facebook. Ele não descarta a possibilidade de uma greve se as negociações não avançarem.

O assessor do Dieese para confederação de trabalhadores, Alexandre de Moraes, diz que a empresa estaria oferecendo reajustes salariais inferiores à inflação. Para a data

base de novembro, por exemplo, a indústria teria oferecido reajuste de 5,5% contra uma inflação de 11% acumulada no período.

Ele informa que há 35 fábricas espalhadas pelo País que empregam 110 mil trabalhadores. O consultor do Dieese destaca que oferta da empresa está muito aquém do seu desempenho. A companhia encerrou 2014 com crescimento de 40% no lucro, apesar do cenário de recessão na economia.

Ações trabalhistas crescem e TST prevê 3 milhões de processos em 2016

11/05/2016 - Fonte: O Estado de S. Paulo



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, prevê que três milhões de ações trabalhistas devem ingressar na Justiça em todo o País este ano.

Se a previsão se confirmar, o volume representará um aumento de quase 13% em relação a 2015, quando as Varas do Trabalho receberam 2,66 milhões de novos casos. Esse montante já havia representado um avanço de 5,1% na comparação com 2014, segundo dados do TST.

O aumento é reflexo direto da crise econômica, segundo o ministro. As demissões têm feito com que profissionais aumentem a cobrança de direitos devidos. No ano passado, o País perdeu 1,5 milhão de postos de emprego, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A taxa de desocupação atingiu 10,9% no trimestre encerrado em março, com a marca de 11,1 milhões de desempregados. "O tsunami vai chegar até nós", alerta o ministro.

E o aumento de novos processos, segundo ele, deve se somar a outro problema: a redução de 90% nas despesas de investimento e de 29,4% nas de custeio no orçamento de 2016 para a Justiça do Trabalho. "O impacto é tão grande que se não conseguirmos reverter o corte, a partir de setembro vários tribunais não terão como operar", diz.

Em São Paulo, segundo a desembargadora e presidente do TRT da 2ª Região, Sílvia Devonald, o efeito pode ser reduzir os horários de funcionamento do órgão. "Nós estamos passando por um período muito ruim. Talvez tenhamos de diminuir o horário de expediente e já estamos pensando em outras medidas que poderão causar prejuízo no andamento dos processos."

Cobrança de verbas rescisórias, pagamento de horas extras, adicional de insalubridade e recolhimento do FGTS estão entre os principais motivos das ações nas varas

Procurado pela reportagem, o Ministério do Planejamento confirmou o corte, mas disse que a Justiça do Trabalho tem autonomia para priorizar suas programações orçamentárias. "É importante esclarecer que o Relatório de Avaliação do Primeiro Bimestre de 2016 não indicou contingenciamento para a Justiça do Trabalho", diz a nota.

Motivos. Cobrança de verbas rescisórias, pagamento de horas extras, adicional de insalubridade e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estão entre os principais motivos das ações nas varas.

"No caso de hora extra, empresas têm reduzido o número de funcionários e eventualmente sobrecarregado os outros que tinham um horário mais fixo", observa a advogada trabalhista Débora Arakak. No escritório onde ela é gerente, a demanda de clientes por ações trabalhistas cresceu 22% em fevereiro deste ano, na comparação com o mesmo mês de 2015.

Na opinião de Débora, profissionais que foram demitidos recentemente e identificam a necessidade de cobrar algum direito tendem a entrar na Justiça de forma mais rápida do que antes da crise econômica. A estimativa da especialista é de que os empregados diminuíram de um ano para três meses o tempo para ingressar com uma ação.

Os efeitos começaram a ser sentidos no escritório em outubro de 2015. "Antes o empregado estava menos preocupado com essa quantia (em dinheiro a ser ganho com uma ação), hoje a situação afeta o poder de compra dele, que acaba agindo por detalhes, que antes não o levariam à Justiça", diz.

Mesmo empregados que ocupam cargos mais altos estão processando empresas. "O aumento das demissões tem demandando trabalho na Justiça até de um alto executivo que identifica algum pleito."

O aumento da informalidade, em função do desemprego, também causa efeitos no Judiciário. "A flexibilização dos direitos trabalhistas em épocas de crise, como um empregador de pequena e média que sente mais a crise e acaba contratando de forma irregular por um período determinado, tem gerado processos", analisa Débora.

A advogada espera que o aumento no número de processos em função da crise se estenda até o segundo semestre de 2017, quando a economia pode demonstrar recuperação.

Na medida em que a empresa manda embora um funcionário e não paga salário e nem verbas rescisórias, é porque alguma coisa está errada, diz a desembargadora Sílvia Devonald.

Efeitos. O aumento de processos já vem sendo percebido. As Varas do Trabalho na primeira instância receberam 660.837 processos judiciais de janeiro a março de 2016 no País, um aumento de 6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já nos Tribunais Regionais de São Paulo, órgãos de segunda instância, houve aumento de 4,9% no primeiro trimestre deste ano, também ante o mesmo período de 2015.

"Isso vem se mantendo desde o ano passado. Na medida em que a empresa manda embora um funcionário e não paga salário e nem verbas rescisórias, é porque alguma coisa está errada", diz a desembargadora Sílvia Devonald.

Na última instância, porém, o reflexo ainda não chegou. Nos três primeiros meses do ano, o TST registrou o recebimento de 55.293 processos, 20,4% a menos que no mesmo período de 2015. A redução de processos é efeito da Lei 13.015/2014, que restringiu a possibilidade de recursos à Corte superior.

"Os efeitos foram mascarados pela estatística, a demanda está represada e vai desembocar aqui, é impossível que todos os tribunais uniformizem a jurisprudência nesse tempo", disse Martins Filho. Pela lei, os Tribunais Regionais devem definir a própria jurisprudência ao julgar casos semelhantes - evitando que haja acúmulo de julgamentos na instância maior.

O presidente do TST defende que a última instância deve ficar apenas com o julgamento de casos excepcionais para guiar os demais tribunais a adotar a mesma interpretação. Neste ano, devem entrar na pauta do TST o julgamento de recursos referentes ao pagamento de hora extra a bancários e à cobrança por danos morais pela exigência de certidão de antecedentes criminais em empresas.

"Minha esperança é que este ano consigamos julgar mais rapidamente e ter tempo de estudar somente os processos com matérias relevantes e cumprir nossa missão existencial", diz. Ele defende que empresas e empregados priorizem acordos extrajudiciais. "O melhor caminho é a negociação e não bater às portas da Justiça."

Toyota aposta em nacionalização de componentes para fugir de oscilações

11/05/2016 - Fonte: DCI



Para enfrentar as constantes oscilações do mercado brasileiro, a Toyota deve apostar cada vez mais na nacionalização de componentes. Em um cenário de queda acentuada das vendas no País, a montadora é uma das poucas que vêm mantendo seus volumes.

"No curto prazo, enxergamos um cenário ainda mais desafiador. Por isso, nossa estratégia inclui a localização de peças para depender menos das intempéries do mercado", afirma o vice-presidente da Toyota do Brasil, Miguel Fonseca.

Nesta terça-feira (10), a montadora inaugurou oficialmente sua fábrica de motores em Porto Feliz (SP), a primeira do grupo na América do Sul neste segmento. Com capacidade instalada de 108 mil unidades, a planta demandou investimentos da ordem de R\$ 580 milhões.

Em um primeiro momento, serão produzidos motores apenas para equipar o Etios, montado em Sorocaba (SP). "A unidade de Porto Feliz satisfaz 100% das necessidades da nossa fábrica de Sorocaba", acrescenta Fonseca.

No entanto, executivos do grupo não descartam produzir, futuramente, motores para o sedã Corolla, montado na planta de Indaiatuba (SP).

"Mas por enquanto ainda não há um projeto fechado sobre isso", declarou o CEO da Toyota para América Latina e Caribe, Steve St. Angelo.

O executivo acrescentou que, diante da apreciação do dólar, o País passa a ter uma oportunidade de fortalecer sua indústria de maneira perene. "Agora é a hora de empresas de todos os setores investirem em nacionalização", pontuou.

St. Angelo disse ainda que a fábrica de Porto Feliz é altamente verticalizada e flexível, o que permite uma adaptação rápida caso a companhia decida produzir novos produtos.

Fonseca pondera, entretanto, que a Toyota provavelmente precisaria fazer novos investimentos para produzir motores para equipar o Corolla. Ele salienta que, por ora, não há planos de exportar motores.

Conjuntura

O vice-presidente da Toyota conta que a decisão de manter os planos da fábrica de motores ocorre mesmo diante do difícil momento do País e do setor. "Obviamente preferíamos uma conjuntura melhor, mas investimos pensando no futuro e não daqui a três anos", comenta Fonseca.

A montadora vive um cenário diferente da maioria de seus concorrentes. O Corolla, antes líder apenas em sua categoria, agora figura na quinta posição entre os mais vendidos do País, perdendo apenas para compactos de entrada.

Já o Etios, que demorou a cair no gosto do brasileiro, apresentou crescimento no acumulado até abril, totalizando 19,2 mil emplacamentos. "A Toyota não está isenta da crise, mas acreditamos na nossa estratégia", diz Fonseca.

A unidade de Sorocaba recebeu recentemente um aporte para elevar a capacidade instalada a 108 mil unidades. Porém, hoje opera com horas extras em um patamar de 78 mil unidades. "Estamos aguardando o retorno do mercado para 'apertar o botão' e atingir a capacidade total", diz St. Angelo.

Fonseca revela que, apesar de 2015 ter sido um ano muito difícil, a Toyota conseguiu "equilibrar as contas". Mas as oscilações do câmbio devem dificultar ainda mais as operações do grupo. "Por isso, a importância de localização."

Sobre a instabilidade política brasileira, St. Angelo prefere não opinar, mas garante que tem acompanhado o cenário de perto. "O mercado local muda de forma muito rápida, então precisamos reavaliar as estratégias periodicamente."

Funcionários trocam bons salários por mais qualidade de vida no trabalho

11/05/2016 - Fonte: Diário do Comércio

Fatores como bons salários ou estabilidade no cargo já não são considerados os principais aspectos na hora de procurar um novo emprego. Os funcionários estão em busca de boas experiências profissionais e mais qualidade de vida no trabalho.

Essa nova forma de se relacionar com o ambiente empresarial começou a ser colocada em questão após a inserção da geração Millennial dentro das empresas. Essa parcela da população nascida entre 1977 e 2000 já é considerada uma das mais influentes no mercado, possuindo uma maneira singular de lidar com o mundo e a tecnologia.

Segundo o grupo *Millennial Marketing*, 46% dos indivíduos inseridos nesse contexto são criadores de conteúdo para internet e 69% se consideram aventureiros e exploradores. Destes, cerca de 53% já constituíram família e estão consolidados no mercado de trabalho.

Essas características contribuem para a redução do prazo médio que os funcionários da geração Millennial costumam ficar em uma empresa que não esteja alinhada aos seus anseios e necessidades. Quando comparados aos Baby Boomers, por exemplo, a diferença chega a cinco anos.

Uma pesquisa realizada pela *Bureau of Labor Statistics*, principal empresa no ramo da economia do trabalho dos EUA, mostrou que os Millennials irão ocupar cerca de 75% da força de trabalho mundial até 2030.

Ainda segundo um estudo feito pela Catho, empresa de reposicionamento profissional, cerca de 50% das pessoas colocam a qualidade de vida como fator essencial na busca de um novo emprego.

Ou seja, se adaptar a essa tendência se tornou uma urgência para que as empresas reduzam a rotatividade de pessoal e aumentem a motivação dos colaboradores.

Algumas organizações já começaram a transformar a forma de se relacionar com os seus colaboradores através da implementação de diversas técnicas de motivação para equipes. Uma delas tem se tornado bastante comum entre empresas ao redor do mundo.

Conhecida como gamificação, essa metodologia utiliza recursos semelhantes aos encontrados nos jogos eletrônicos para transformar o ambiente profissional em algo divertido e engajador.

Outro método é a elaboração de uma pequena pesquisa de clima organizacional para identificar o que de fato traz satisfação à equipe. Esse método é muito simples e eficaz para empresas de todos os portes, e cria uma relação de proximidade entre organização e colaboradores.

Estamos na época em que ter um ambiente agradável para realizar as tarefas diárias e ser reconhecido pelos objetivos atingidos ao final do expediente é mais importante do que apenas garantir que as contas sejam pagas em dia.

Essas são as exigências da nova geração que está começando a ganhar espaço no mercado de trabalho. É a simplicidade e a luta por liberdade e vivência de experiências únicas até dentro do ambiente corporativo.

Futuros de aço e minério de ferro despencam e apagam ganhos recentes

11/05/2016 - Fonte: Diário do Comércio

O movimento acontece no país após uma série de medidas tomadas por autoridades

Os futuros de aço e minério de ferro negociados na China recuaram ontem, revertendo a forte valorização das últimas semanas. O movimento acontece após uma série de medidas tomadas pelas autoridades locais interromperem uma massiva entrada de capital especulativo nesse mercado.

O enorme apetite de fundos locais nos últimos meses transformou os futuros de aço e minério de ferro da China nas duas commodities mais negociadas do mundo, movimento parecido com o visto nas ações chinesas no ano passado.

A especulação foi facilitada pelo relaxamento do crédito no país, um estímulo monetário originalmente criado para impulsionar a desaquecida economia da China.

Em seu auge, os preços desses contratos futuros subiram mais de 50% em relação ao início do ano. No caso do minério de ferro, o volume de negociação no mês passado foi o dobro do registrado apenas dois meses antes.

No final de abril, a especulação começou a perder força quando a Shanghai Futures Exchange e a Dalian Commodity Exchange elevaram o montante que investidores precisam depositar para negociar contratos de minério de ferro, bobinas laminadas a quente e vergalhões de aço. A negociação caiu ainda mais na segunda-feira, quando reguladores de mercado sinalizaram novas medidas para desencorajar a especulação.

Desde o seu pico, em 21 de abril, os futuros de vergalhão de aço em Xangai registram queda de 22%, enquanto o minério de ferro cedeu 19%. O volume de negociação caiu pela metade.

“O sentimento no mercado spot tem voltado para o estágio de extremo pessimismo

que caracterizava o período antes do rali”, disse Fan Qingtian, analista da Nanhua Futures.

A forte liquidação atingiu as ações da Rio Tinto e da BHP Billiton, o segundo e o terceiro maior produtor de minério de ferro mundial, respectivamente. Preços dos carregamentos físicos do minério se tornaram cada vez mais influenciados pelos mercados futuros neste ano, à medida em que a especulação na China se tornou impossível de ignorar.

Falta de confiança nas políticas do governo é entrave ao crescimento, aponta FGV

11/05/2016 - Fonte: EM.com

A falta de confiança nas políticas do governo é o principal entrave ao crescimento econômico no Brasil, segundo economistas ouvidos pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) em parceria com o instituto alemão Ifo. Outros fatores citados foram, nesta ordem, o déficit público, o desemprego e a falta de competitividade internacional.

Os dados são da Sondagem da América Latina, anunciada há pouco pelas instituições, e se referem ao período de três meses até abril. Apesar dos apontamentos de economistas, o Índice de Clima Econômico (ICE) do Brasil melhorou de 47 pontos no trimestre encerrado em janeiro para 55 pontos no trimestre encerrado em abril.

O desempenho foi determinado exclusivamente pelas expectativas, que passaram de 74 pontos para 90 pontos. A situação atual ficou estável no piso da pesquisa, aos 20 pontos.

A Sondagem Econômica da América Latina serve ao monitoramento e antecipação de tendências econômicas, com base em informações prestadas trimestralmente por especialistas nas economias de seus respectivos países. A pesquisa é aplicada com a mesma metodologia em todos os países da região.

Para a edição até abril de 2016, foram consultados 1078 especialistas econômicos em 116 países, dos quais 127 da América Latina. A escala oscila entre o mínimo de 20 pontos e o máximo de 180 pontos. Indicadores superiores a 100 estão na zona favorável e abaixo de 100 na zona desfavorável.

Fitch Ratings rebaixa quatro estados brasileiros e duas capitais

11/05/2016 - Fonte: Correio Braziliense

Depois de rebaixar a classificação de risco dos títulos soberanos do Brasil de BB+ para BB – dois níveis abaixo do selo de bom pagador –, na semana passada, a Fitch Ratings divulgou comunicado nesta terça-feira (10/05) reduzido as notas dos de quatro estados e de dois municípios brasileiros.

A agência norte-americana cortou de BB+ para BB as notas do Rating de Probabilidade de Inadimplência do Emissor (IDR, na sigla em inglês) dos títulos de longo prazo em moeda local e estrangeira dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, e das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, igualando as notas com as do governo federal. A Fitch também cortou BB para B+ a avaliação do estado do Rio de Janeiro. A perspectiva dos ratings “é negativa”, segundo a companhia.

“As ações de rating seguem o recente rebaixamento do rating soberano do Brasil para ‘BB’, de ‘BB+’ (BB mais) (consulte ‘Fitch Rebaixa Ratings do Brasil Para ‘BB’; perspectiva negativa de 5 de maio de 2016”, informou a nota da agência.

Segundo o comunicado, "dadas as características do marco institucional brasileiro, a Fitch não classifica subnacionais acima do soberano. É o caso dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além dos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro, cujos ratings foram igualados aos do Brasil, em 'BB', ou seja, dois patamares abaixo do grau de investimento.

Já a nota do Rio é pior, porque "reflete sua deterioração fiscal além do esperado, assim como a ampla dependência de antecipação de receitas não-recorrentes". "A Fitch acredita que o Rio de Janeiro dependerá cada vez mais do suporte implícito do governo federal para lidar com a parcela da União de sua dívida total", completou o comunicado.

A Fitch informou ainda que os IDRs dos seis subnacionais seguem a ação do soberano e provavelmente serão afetados por mudanças nos ratings do país e em suas perspectivas, além da disposição de o governo lhes prestar suporte.

"A Fitch, porém, não espera mudança na propensão da União em prestar apoio às dívidas dos subnacionais, em caso de necessidade", informou a nota, destacando que o governo federal é o maior credor dessas unidades federativas.

Montadoras estão na mira do clima — e podem perder bilhões

11/05/2016 - Fonte: Exame



Ao escândalo das emissões da Volkswagen, revelado em setembro passado, seguiu-se uma avalanche de tragédias corporativas: mais de 16 bilhões de euros em despesas para financiar o recall de milhões de carros e ações judiciais; a saída do ex-CEO global, Martin Winterkorn, e do presidente da empresa nos Estados Unidos, Michael Horn; além de um prejuízo líquido de 1.58 bilhão de euros em 2015, em comparação com o lucro líquido de 10.85 bilhões de euros no ano anterior.

A notícia da adulteração do software de motores a diesel para fazê-los parecer menos poluentes também veio acompanhada de um escrutínio público ferrenho. Diante do descrédito dos consumidores e das agências governamentais, a montadora alemã confronta, agora, o desafio de buscar mais transparência e sustentabilidade para suas operações. E ela não está sozinha — esses imperativos se estendem para toda a indústria automotiva, sob risco de sofrer com penalidades crescentes.

É o que indica um relatório que analisa a exposição das 15 maiores fabricantes de automóveis do mundo (representando mais de 90% das vendas globais) ao endurecimento das regulações ambientais e a sofisticação dos mecanismos de controle de emissões de gases poluentes na esteira do "dieselgate" da Volks.

O estudo produzido pelo CDP, organização internacional que atua junto a investidores e empresas na mitigação das mudanças climáticas e no reporte de emissões, mostra que seis delas — General Motors, Ford, Hyundai, Honda, BMW e Daimler — enfrentam risco potencial de sofrer penalidades somadas de até 4,8 bilhões de dólares (da União Europeia e dos Estados Unidos combinadas).

As duas gigantes americanas General Motors e Ford estão expostas às maiores perdas, de US\$ 1,8 bilhão e US\$ 1,2 bilhão, respectivamente, à medida que as leis e

regulamentos de emissões enrijecem, levando a pesadas multas monetárias, sanções legais até mesmo prejuízo de reputação.

(E)missão impossível?

Em entrevista a EXAME.com, Juliana Lopes, diretora do CDP para a América Latina, contou que a entidade já havia sinalizado para o problema, em estudos anteriores, antes do escândalo da Volks vir à tona.

“O caso da VW evidenciou que as empresas não estão adotando os cuidados necessários para se prevenir dos riscos de penalidades e sanções de regulações mais restritivas em relação às emissões”, afirma a especialista.

O relatório também destaca que as metas de emissão da frota de veículos de passageiros aplicadas ao setor não estão alinhadas aos esforços para limitar o aumento da temperatura global a 2 graus Celsius, a fim de se evitar mudanças climáticas perigosas.

“Na prática, isso significa que podemos esperar limites mais severos no futuro, especialmente após a assinatura do Acordo de Paris”, diz Juliana, referindo-se ao primeiro marco jurídico global de combate às mudanças climáticas que demandará reduções profundas nas emissões globais a fim de alcançar seu objetivo final.

Em seu mais recente relatório sobre o setor, o CDP criou um ranking das fabricantes mais preparadas para lidar com as questões climáticas. A Volkswagen despencou do sexto lugar na edição 2015 da pesquisa para o décimo primeiro lugar em 2016.

A montadora alemã recebeu uma nota 'E' para as emissões da frota, na sequência do escândalo de emissões; mas no lado positivo, alcança nota 'A' para veículos avançados e critérios de emissões no processo de fabricação.

Destacamos abaixo quatro importantes quesitos avaliados: as emissões na frota de veículos; o desenvolvimento de veículos verdes; as emissões no processo produtivo e o apoio das empresas às políticas e regulações de emissões para o setor. Veja o desempenho das 15 maiores fabricantes de carros neste quadro resumido:

Ranking do CDP	Fabricante	Mercado global	Emissão da frota	Veículos verdes	Emissão na produção	Apoio a regulações
1	Nissan	7%	C	A	D	A
2	Renault	3%	B	A	B	A
3	BMW	3%	B	B	A	B
4	Toyota	11%	A	B	b	B
5	Daimler	3%	A	C	A	E
6	Honda	4%	C	D	D	A
7	Ford	8%	C	B	D	D
8	PSA Peugeot Citroen	4%	C	D	C	B
9	Mazda	2%	A	E	B	D
10	General Motors	13%	E	B	D	B
11	Volkswagen	13%	E	A	A	C
12	FCA	6%	D	D	A	E
13	Hyundai	6%	D	C	C	E
14	Tata Motors	1%	C	E	E	C
15	Susuki	4%	D	E	E	C

Cerca de 20% das emissões da indústria vêm da fase de fabricação. Além da Volkswagen, também se destacam positivamente nesse quesito a BMW, Daimler e FCA.

“As emissões de produção, tanto das montadoras quanto de seus fornecedores, podem ser um bom indicador para avaliar a eficiência de fabricação dos carros. Ações para reduzi-las vão da substituição de materiais ao uso de unidades de recuperação de calor de resíduos”, explica a EXAME.com James Hulse, Head de Investors do CDP.

“De uma perspectiva de custo operacional, essas medidas podem resultar em poupanças significativas. Além disso, as montadoras que começam a se envolver com seus fornecedores em questões de eficiência de fabricação são consideradas mais bem preparadas e mais resistentes a uma transição de baixo carbono”, avalia.

Segundo James, os fatores ambientais são cada vez mais determinantes para o sucesso de uma empresa. “Eles impactam o valor de mercado das montadoras e os investidores estão levando isso em consideração”, afirma.

O relatório identificou que cerca de metade dos fabricantes de automóveis são ligeiramente favoráveis à regulação de baixo carbono. Por outro lado, as empresas que promovem a obstrução de políticas de mudanças climáticas estão mais expostas aos riscos de choques regulatórios.

“Algumas empresas podem fazer pressão contra a regulação do clima para o ganho de curto prazo, mas ao mesmo tempo elas podem estar se preparando para uma mudança de longo prazo para uma economia de baixo carbono”, observa o especialista.

Carros verdes

Segundo o CDP, o escândalo da Volkswagen criou um cenário fértil para as montadoras “pisarem fundo” no desenvolvimento de modelos verdes ou, como diz a consultoria, “veículos avançados”, que incluem os carros elétricos a bateria, elétricos e híbridos plug-in (versão em que a bateria também pode ser recarregada em uma fonte externa de energia) e veículos a célula de combustível (alimentados por combustível hidrogênio, por exemplo).

Quem está cantando pneu nessa seara é a fabricante japonesa Nissan — o seu compacto LEAF é o mais vendido em todo o mundo, ao lado do Chevrolet Volt, segundo o relatório.

Em um mundo assombrado por catástrofes relacionadas às mudanças climáticas e previsões de escassez de petróleo em prazo relativamente curto, pouco a pouco, os verdinhos se revelam uma espécie de ‘tábua de salvação’.

A Alemanha iniciou no mês de maio um programa de incentivos fiscais para promoção de carros verdes: o país quer aumentar sua frota dos atuais 50 000 carros elétricos nas estradas para 1 milhão, dentro de quatro anos.

Com a investida, o governo alemão espera impulsionar o segmento de modelos verdes a ponto de torná-los um “mercado de massa”.

A iniciativa também ajudaria a frear os efeitos comerciais e ambientais do escândalo de manipulação dos testes de emissão nos modelos a diesel da Volkswagen.

Países como a Noruega e a Holanda já usam sistemas de incentivos para encorajar o a expansão dos carros elétricos e é justamente nesses lugares que a mobilidade elétrica mais cresce.

Testes de laboratório x emissões reais: o desafio dos governos

O desafio de atender às regulações mais severas, seja as de combate à poluição ou às mudanças climáticas, não se aplica apenas às montadoras.

Se os governos quiserem evitar um novo escândalo de emissões, eles precisarão abordar as divergências que existem entre os testes de laboratório e o desempenho real dos carros nas estradas.

“O que existe de conhecimento sobre performance das emissões automotoras vem de estatísticas de laboratório, não de testes em condições de estrada, que geram resultados bem diferentes.

Por isso, atualmente, os governos não podem dizer que possuem dados consistentes sobre o inventário de emissões do transporte em seus países. Não dá para fazer política pública efetiva sem isso.

Os governos precisam de um sistema de MRV (Monitorar, Reportar, Verificar) capaz de quantificar as emissões”, analisa Guilherme Gonçalves, diretor de projetos para o Brasil e América Latina da Impact Global Emission Solutions (IGES).

A empresa britânica, que assessora governos e o setor privado na definição de políticas e melhoria de projetos para redução das emissões, está empenhada em implementar no Brasil o primeiro monitoramento com desempenho real dos carros nas estradas.

Segundo Gonçalves, equipamentos de medição instalados em vias estratégicas podem medir as emissões dos carros que passam por ali, detectar o tipo de poluente e cruzar essas informações com a placa do veículo, a velocidade e a própria qualidade do ar na região.

“Ao cruzarmos esses dados, não distorcemos a medição e conseguimos informações consistentes. Com isso, é possível montar um inventário de emissões com dados reais e identificar os grandes emissores do setor de transporte”, explica o especialista, que lamenta o ritmo de avanço vagaroso do projeto devido “ao momento político instável do país”.

No ano passado, a empresa implementou um projeto piloto em Gana, na África, que mostra que em média as emissões veiculares nas estradas são 50% maiores do que as emissões reportadas pelas montadoras ou dos testes de laboratório. Eles também descobriram que apenas uma pequena parcela da frota é responsável pela maior parte da emissão.

“Em Gana, 5% da frota causava 50% da emissão de CO2. Só em identificar esses altos emissores, temos condições de criar iniciativas e programas de controle que ataquem esse problema. Se pensarmos nos custos absurdos para a saúde e o meio ambiente, a adoção de um sistema de controle real só traz benefícios”, diz Guilherme.

Veja por que a Braskem foi a única ação que caiu no Ibovespa

11/05/2016 - Fonte: Exame

Das 59 ações do Ibovespa, apenas uma teve desempenho negativo nesta terça-feira (10). A Braskem (BRKM5) caiu 1,76%, para R\$ 21,20, enquanto o principal índice da Bolsa brasileira fechou em alta de 4,08%.

O desempenho negativo das ações da petroquímica refletiu uma proposta do governo publicada ontem no Diário Oficial da União para diminuir ainda mais o benefício fiscal garantido pelo Reiq (Regime Especial da Indústria Química).

O Reiq favorece as empresas do segmento na compra no mercado interno ou na importação de produtos químicos.

A proposta anterior era reduzir o PIS/Cofins do setor em 6,25% este ano, 4,25% em 2017 e 3,65% a partir de 2018. Segundo a nova proposta, o imposto seria reduzido em 3,12% em 2017-2018, em 2,13% em 2019-2020 e em 1,13% a partir de 2021.

Em relatório, os analistas Antonio Junqueira, Julia Ozenda e Andres Cardona, do BTG Pactual, ressaltam que a proposta ainda precisa ser transformada em Medida Provisória para passar a valer.

No entanto, afirmaram que a mudança afetaria negativamente o preço-alvo para as ações da Braskem na Bolsa, que seria cortado de R\$ 28 para R\$ 24 em 12 meses. O novo preço-alvo configuraria um potencial de valorização de 13,2% sobre o preço de fechamento nesta terça-feira. Considerando o preço-alvo anterior, o potencial seria de 32,1%.

"A redução no benefício fiscal evidencia os riscos de rodar um negócio em que parte da lucratividade vem de benefícios locais ou proteção a importações", disseram.

CENÁRIOS-Reformas na mineração do Brasil devem abalar setor, mas fazem pouco por segurança

11/05/2016 - Fonte: R7

Autoridades brasileiras se preparam para endurecer regras sobre barragens usadas para receber rejeitos da indústria de mineração, depois do rompimento de uma estrutura no ano passado que causou o pior desastre ambiental da história do país, mas as mudanças provavelmente farão pouco para a melhorar a segurança, enquanto prometem onerar as mineradoras.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais (Semad), principal Estado minerador do país e palco da tragédia, vai exigir um aumento no número de auditorias para determinados tipos de barragens utilizadas para deposição de resíduos de mineração.

O órgão, responsável pelos licenciamentos, também quer limitar o tamanho das barragens e a frequência com que seus muros podem ser elevados para aumentar a capacidade.

Mas engenheiros, promotores e especialistas em barragens de rejeitos ouvidos pela Reuters dizem que as mudanças propostas deverão fazer pouco para evitar outro desastre, caso as autoridades não obtenham mais recursos financeiros e de pessoal para realizar as suas obrigações.

Em 5 de novembro de 2015, a lama liberada em Mariana (MG) com o colapso da barragem de Fundão da mineradora Samarco, controlada pelas gigantes BHP Billiton e Vale, deixou 19 mortos, centenas de desabrigados e destruiu um distrito inteiro.

O volume de resíduos despejados, suficiente para encher 12 mil piscinas olímpicas, poluiu ainda o importante Rio Doce, que levou os rejeitos da atividade de mineração até o mar capixaba, causando mortandade de peixes e destruindo ecossistemas.

"Fundão é o de Chernobil da indústria de mineração. Há um antes e há um depois", disse o subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada da Semad, Geraldo Abreu, referindo-se ao acidente da usina nuclear, na então república soviética da Ucrânia.

Abreu e a comissão da qual ele faz parte, montada para rever normas para a indústria após a tragédia, estão se concentrando em barragens construídas da mesma forma que Fundão, que utilizam uma técnica de alteamento conhecida como "a montante".

O design a montante custa cerca de metade do preço de outras barragens, mas apresenta maior risco de segurança, porque suas paredes são construídas sobre uma base de resíduos, em vez de em material externo ou em terra firme. É também o mais comum, utilizado em minas em todo o mundo.

"Nós agora entendemos que este tipo de barragem precisa ser tratado com cuidado", disse Abreu, acrescentando que ele tinha inicialmente apoiado uma proibição total sobre o design.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) está acompanhando as mudanças em curso em Minas, segundo o secretário-adjunto de Gestão e Recursos Hídricos, Ronaldo Lima, e prevê adaptar as próprias regras.

O Estado do Norte, que tem crescido em importância na indústria de mineração, não tem ainda um grande número de barragens, mas pretende estar preparado para o desenvolvimento da indústria no Estado.

Ainda não há uma explicação oficial das mineradoras sobre os motivos para a barragem da Samarco ter rompido, mas Abreu explicou que provavelmente foi o resultado de uma perda de estabilidade na fundação de rejeitos, um processo conhecido como liquefação.

Isso geralmente é causado por terremotos, mas pode resultar de outros fatores, como um rápido aumento dos muros da barragem, que em projetos a montante são construídas por meio de degraus para dentro do reservatório e em cima de resíduos antigos.

Uma resolução detalhando um decreto de Minas Gerais já publicado na semana passada deve entrar em vigor neste mês ou no próximo. Nela, estará estabelecido que as mineradoras terão que pagar por uma auditoria anual extra para verificar especificamente a existência de liquefação em barragens a montante.

Os novos licenciamentos também vão controlar melhor todo o tempo de vida útil das barragens. Antes mesmo da construção, as empresas terão limites como para altear as barragens, para depositar rejeitos, além de ter especificações mais claras que indicarão quando a barragem deverá ser desativada.

Com isso, reguladores terão mais controle com o que acontece com as barragens, evitando surpresas desastrosas, como a evidenciada em Fundão, onde a Vale também depositava rejeitos de suas atividades na barragem da Samarco.

Barragens existentes terão que se adequar às regras. Caso tenham algum indicativo de insegurança, as empresas responsáveis serão forçadas a interromper as atividades. Abreu explicou que outros integrantes da comissão, composta por representantes da indústria, universidades e órgãos técnicos, convenceram-no de que uma proibição total das barragens a montante seria uma reação excessiva.

ESPECIALISTAS QUEREM BANIR

A proibição é exatamente o que muitos especialistas, como geofísico David Chambers, dizem que o Brasil precisa.

Chambers, consultor que dirige o Center for Science in Public Participation, com sede em Montana (EUA), diz que as empresas devem ser forçadas a construir barragens de rejeitos usando outros modelos mais caros: a jusante e central. Estes não utilizam rejeitos para fundações.

"A imprevisibilidade que se trabalha no sistema a montante é muito alta", afirmou Chambers, referindo-se à maneira como a consistência de rejeitos pode variar dependendo de fatores como a chuva e a área a ser minerada.

Há precedente para uma proibição. Em 1965, um terremoto relativamente pequeno levou ao colapso barragens a montante na mina El Cobre do Chile, matando mais de 200 pessoas. Cinco anos mais tarde, um decreto foi aprovado proibindo barragens a montante, em determinadas circunstâncias. Em 2007, as regras foram revisadas para uma proibição total.

Mesmo após o gigante terremoto do Chile de 2010, barragens a jusante permaneceram de pé.

A indústria de mineração tem argumentado que o Chile é uma exceção, devido à alta atividade sísmica que não acontece em países como Brasil ou Austrália.

Mas Raul Espinace, um engenheiro e acadêmico que nos últimos 40 anos tem estado na vanguarda da política de barragens de rejeitos no Chile, disse que as regras implementadas no país iriam melhorar a segurança em todo o mundo, especialmente em lugares como o Brasil, que têm uma regulação fraca.

"Este é precisamente o momento certo para fazer mudanças no Brasil", afirmou Espinace.

RESISTÊNCIAS

As propostas de mudanças regulatórias aparentemente irritaram a Vale, maior produtora global de minério de ferro e uma das maiores mineradoras do mundo.

Em março, enquanto Minas Gerais já trabalhava para tornar as regras mais rígidas, a Vale expôs em uma audiência pública dificuldades para conseguir licenciamentos de determinados projetos, por uma morosidade por parte da autoridade ambiental.

A empresa afirmou que uma consequência da não obtenção dessas licenças seria um corte de produção de 100 milhões de toneladas de minério por ano nos próximos três anos, cerca de 8 por cento do mercado transoceânico global e 50 por cento da produção da companhia no Estado mineiro.

A Vale apontou ainda que as licenças garantiriam o emprego de milhares de pessoas, mas não mencionou especificamente as mudanças regulatórias devido a Samarco.

Na ocasião, Abreu, da Semad, admitiu que praticamente todas as licenças avaliadas estavam atrasadas, mas ressaltou que isso estava mais ligado a um problema estrutural do sistema do que ao rompimento da barragem da Samarco.

Questionada sobre o posicionamento diante das barragens a montante, a Vale disse à Reuters que "qualquer método de construção de barragens é seguro, o que os diferencia é o modelo operacional".

Para a empresa, o método de construção de uma barragem é determinado principalmente em função de aspectos técnicos. A empresa frisou que atua com toda segurança, seguindo as regras vigentes, e trabalha constantemente para aprimorar práticas.

Especialistas resistentes em proibir a técnica a montante admitem que as barragens exigem um funcionamento mais cuidadoso.

Joaquim Pimenta da Ávila, o consultor que projetou a barragem da Samarco, diz que mudanças no projeto foram feitas mais tarde independentemente de sua orientação.

Ele explicou que as barragens a montante são seguras, desde que sejam corretamente monitoradas.

"A chave é garantir que a regulação funcione", disse ele.

Mas o regulador do Brasil sofre de falta de recursos.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) tem apenas 20 pessoas para monitorar as minas do Brasil, incluindo 663 barragens de rejeitos. Apenas um Estado no Canadá, British Columbia, tem oito engenheiros especializados para 68 barragens de rejeitos, e uma recente auditoria disse que ainda não era o suficiente.

"A força de trabalho é um problema sério. Nós não podemos fazer tudo", disse o diretor de regulação do DNPM, Walter Arcoverde. O governo não se comprometeu a melhorar o financiamento do órgão ou a quantidade de empregados.

"Isso está sendo discutido."

ENTREVISTA-Bancos médios focados em empresas merecem maior atenção durante recessão, diz FGC

11/05/2016 - Fonte: R7

O sistema financeiro do Brasil está mais preparado do que em crises anteriores para enfrentar os efeitos da recessão, mas bancos pequenos e médios mais concentrados em empréstimos para empresas devem ser monitorados mais de perto, segundo o diretor-executivo do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), André Loes.

"Diferentemente das crises anteriores, dessa vez os bancos médios e pequenos não foram pegos de surpresa, eles estão bem menos alavancados", disse Loes em entrevista à Reuters.

Entidade privada criada em 1995 para pagar garantias de clientes de instituições financeiras com problemas, e mantida com recursos dos próprios bancos, o FGC atualmente oferece garantia ordinária de até 250 mil reais por depositante e especial de até 20 milhões a credores donos de depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

Com a crise financeira global de 2008, o FGC passou também a socorrer as sócias com problemas. Naquele episódio, o órgão socorreu 24 pequenos bancos emprestando cerca de 4 bilhões de reais. Em 2010-11, O FGC empregou 3,8 bilhões de reais como ponte para o BTG Pactual comprar o Banco Pan (ex-Panamericano), que tinha um buraco bilionário.

"O FGC também está melhor preparado do que na crise 2008-09 e apresenta melhor governança. Há também mais instrumentos para supervisão bancária", disse Loes.

A atuação recente mais relevante do fundo foi o empréstimo de 6 bilhões de reais para o BTG Pactual, diante dos desdobramentos da prisão do fundador André Esteves, em novembro.

Segundo Loes, ex-economista-chefe do HSBC e do Banco Bozano Simonsen para América Latina e para o país no Santander Brasil, além dos bancos estarem menos vulneráveis, o Banco Central e o próprio FGC estão mais equipados para lidar com um cenário de estresse bancário, por terem condição de agir preventivamente.

O executivo, que assumiu em fevereiro um mandato de quatro anos, avalia que, mesmo com menos acesso a recursos do mercado de capitais e sofrendo com crescentes níveis de inadimplência, os bancos brasileiros ainda não estão no "amarelo piscante".

O cenário poderia se deteriorar, disse ele, com um prolongamento da recessão brasileira por mais um ou dois anos, especialmente para bancos de menor porte, especialmente os mais regionais, cujas carteiras de empréstimos sejam mais concentradas em empresas.

Com um patrimônio de 48,2 bilhões de reais no final de 2015 e atualmente com 184 sócios, o FGC desembolsou 120,6 milhões no ano passado para pagar garantias a clientes de bancos liquidados, quase todo o montante relativo ao Banco BRJ.

BTG PACTUAL

De acordo com Loes, o BTG Pactual está cumprindo os termos do acordo de empréstimo concedido pelo FGC no ano passado e que tem prazo de cinco anos.

"O BTG está totalmente aderente ao que foi contratado com o FGC", disse Loes.

Mas, diferente do que chegou a ser veiculado na mídia nos últimos meses, o BTG Pactual não adiantou nenhum pagamento do empréstimo, afirmou.

Em fevereiro, o BTG Pactual concluiu a venda do controle de sua unidade suíça BSI pelo equivalente a 5,4 bilhões de reais para o EFG International, um grupo de gestão de fortuna. Mas o pagamento do negócio ainda não foi concluído.

Justiça acata liminar da Fiep e fixa multa para quem bloquear rodovias

11/05/2016 - Fonte: Agência FIEP



O Poder Judiciário do Estado do Paraná fixou multa de 250 mil reais por hora de bloqueios para "pessoas incertas e não sabidas", que de "maneira autônoma e voluntária" se envolvam em eventuais novos bloqueios nas rodovias do estaduais.

A penalidade foi fixada a partir de uma liminar deferida em ação protocolada pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e tem como finalidade garantir que novos protestos, como os ocorridos nesta terça (10), não impeçam a passagem dos veículos das indústrias. A decisão foi deferida hoje (10) e passa a valer imediatamente.

A liminar é extensiva a membros de movimentos sociais, simpatizantes ou pessoas que possam "impedir, obstaculizar ou dificultar a passagem" de caminhões e carros que estejam trafegando por conta e ordem de indústrias associadas a sindicatos filiados à Fiep nas rodovias estaduais do Paraná.

Além disso, a liminar fixa multa, "sem prejuízo das penalidades impostas no caso de crime de desobediência". Solicita ainda a autorização de requisição de força policial para cumprimento das decisões.

A ação protocolada pela Fiep cita os bloqueios relacionados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Popular por Moradia contra a votação do impeachment ocorridos em abril e considera a eminência da votação do processo no Senado.

O Poder Judiciário acatou os argumentos da Fiep de que os bloqueios comprometem o setor produtivo e decidiu que "em nosso país o principal meio de transportes de

cargas e produtos se dá por rodovias e, por seguinte, o bloqueio destas acaba por prejudicar o regular fluxo da atividade econômica, aquisição/ fornecimento de produtos/mercadorias/ matérias-primas, em âmbito intermunicipal ou interestadual, acabando por prejudicar a sociedade como um todo, ainda mais nesse momento de grave instabilidade política e séria crise econômica”.

A Justiça considerou também que “os protestos, reivindicações e manifestações podem ser exercidos de outras maneiras, sem conflitar com os direitos de locomoção e a liberdade de ir e de vir de todos aqueles que utilizam as rodovias, entende-se que o exercício destes direitos devem prevalecer sobre o daqueles”.